

dependências



2021
PORTUGAL.EU

**64ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE
ESTUPEFACIENTES DAS NAÇÕES UNIDAS
COM FORTE PRESENÇA PORTUGUESA**



**SECRETÁRIO DE
ESTADO DA SAÚDE
PROMETE SICAD
MAIS FORTE
PARA BREVE**

AUTARQUIAS NO FEMININO:

**NA IGUALDADE SE
CONSTRÓI A DIFERENÇA**

LAXISMO NUNCA MAIS!



Vivemos dias difíceis, o mundo tem às costas uma terrível pandemia, algumas regiões do globo vivem ora com secas, ora com inundações e, paralelamente, com guerras entre si e outras por ocupação do inimigo... assistimos diariamente a cenas violentas, atentados terroristas, crianças separadas dos pais em fugas migratórias, desequilíbrio entre trabalho e desemprego, entre ricos e pobres, entra a abundância e a escassez, os níveis de pobreza não param de aumentar, a fome e a miséria são o pão nosso de cada dia para milhões de pessoas em todo o mundo. E nada disto parece merecer a nossa atenção, ocupados que estamos com os big brothers, os reality shows e a lavagem de roupa suja nas passadeiras cor-de-rosa.

Isto é a decadência em que caiu alguma comunicação social, que vive da arte dos estratagemas, comandados por uma indústria multinacional, com interesses empresariais e ideológicos, antidemocráticos e com uma agenda subversiva, que nada tem a ver com os princípios éticos do jornalismo ou sequer do entretenimento, que pautam o seu trabalho pelos valores da liberdade, da democracia e da defesa dos direitos humanos.

É incrível a cegueira dos nossos olhos, que não vê e não distingue a perversidade de uma sociedade vítima das mais violentas violações à liberdade e à democracia. É doentia a surdez dos nossos ouvidos, quando não conseguem escutar os gritos de raiva e revolta num mundo onde reina a homofobia, o xenofobismo, a discriminação e o racismo. É inaceitável o silêncio mudo das nossas bocas, incapazes de gritar contra o justicialismo, a troca de favores, os poderes ocultos, que impune e diariamente violam os nossos mais elementares direitos.

Não! Em democracia, não vale tudo! Os justiceiros não podem violar as leis, nem a imprensa pode fazer tudo em nome das audiências e muito menos fazer manchetes com intrigas só para satisfazer clientelas e amigos de café... uns e outros escudam-se em subterfúgios legislativos, porque uns escrevem e os outros ilibam, degradando ora a justiça, ora a informação, escondendo objetivos obscuros de uma claque especulativa de instrumentalização da justiça e da informação.

Sim, estou a falar da promiscuidade de uma justiça protagonizada por uns mentecaptos justiceiros, isentos e inocentados nos seus mais vil atos, que procuram protagonismo e fama, que transformam a justiça num espetáculo gratuito, “enjaulando” a qualquer preço os inimigos dos seus amigos, desacreditando a justiça e emporcalhando alguma comunicação social de sarjeta, que devassa a vida privada das pessoas, que baseia e faz a informação no diz que disse, nas falsas notícias, nas denúncias anónimas, que promove espetáculos e julgamentos na praça pública, que promove imbecis a comentadores, organiza comentários estapafúrdios sem o mínimo de decoro e respeito pela integridade das pessoas, vítimas de uns poucos escroques mentirosos e sem vergonha que ganham a vida vendendo a mentira, o ódio e o entorpecimento.

A comunicação social está a passar uma das piores fases da sua existência e não basta criticar as redes sociais, as falsas notícias ou os pobres espetáculos de (des)entretenimento. É preciso ter coragem para dizer não ao deboche e á patifaria da nova “profissão” de comentadores políticos que tudo sabem de futebol, mas nada sabem sobre o próprio saber. Ou dos homens do futebol a pontapear a política como se esta fosse um problema de clubite. Ou ainda das maquilhadas, ignorantes e ressabiadas “tias barbie” que falam de tudo sem nada saber. É a promiscuidade e o descrédito instalado nos meios de comunicação que influenciam as massas sem qualquer filo ou sofia e muito menos filosofia..

Sérgio Oliveira, director

dependências
SÓ PARA PROFISSIONAIS

FICHA TÉCNICA Propriedade, Redacção, Direcção e morada do Editor: News-Coop - Informação e Comunicação, CRL; Rua António Ramalho, 600E; 4460-240 Senhora da Hora Matosinhos; Publicação periódica mensal Registrada na ERC com o nº 124 854. NIPC. 507 932 161.
Tiragem: 12000 exemplares. **Contactos:** 220 966 727 / 916 899 539; sergio.oliveira@newscoop.pt;
www.dependencias.pt **Director:** Sérgio Oliveira **Editor:** António Sérgio **Administrativo:** António Alexandre
Colaboração: Mireia Pascual **Produção Gráfica:** Ana Oliveira **Impressão:** Multitema, Rua Cerco do Porto, 4300-119, tel. 225192600
Estatuto Editorial pode ser consultado na página www.dependencias.pt



64ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTUPEFACIENTES DAS NAÇÕES UNIDAS COM FORTE PRESENÇA PORTUGUESA

A 64ª reunião da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND - estrutura que no âmbito das Nações Unidas é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicod dependência) decorreu entre os dias 12 e 16 de abril, este ano em formato híbrido (presencial e virtual). O ponto alto do evento coincidiu com a apresentação, por Portugal, em nome da UE, da resolução "Promoção de serviços de prevenção e tratamento de drogas de qualidade, acessíveis, inclusivos e baseados na evidência científica". Nota de relevo para o facto de o documento ter obtido o copatrocinio de um total de 46 países de todos continentes e de todos Grupos Regionais: para além dos 27 estados-membros da UE, por países como as Filipinas, Tailândia, El Salvador, Honduras, Rússia, EUA, Albânia, Angola, Argélia, Austrália, Brasil, Canadá, Israel, Japão, México, Marrocos, Noruega, Suíça e Reino Unido, alguns dos quais, como é sabido, com tradições bem conservadoras e pouco humanistas ou focadas na saúde neste domínio dos CAD.

O SICAD assegurou a representação nacional nestas sessões anuais, em estreita articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com a Missão Permanente de Portugal em Viena. Esta participação e o acompanhamento dos trabalhos preparatórios por parte do SICAD, nomeadamente em sede do Grupo Horizontal Drogas (Grupo de trabalho do Conselho da UE que coordena a temática "droga") têm contribuído, de forma inequívoca, para a visibilidade nacional no contexto da CND. Para além dos organismos da Administração Pública Portuguesa referidos, e de acordo com

as matérias mais relevantes a abordar em cada ano, o SICAD coordenou a participação de outros Serviços/ Ministérios com atribuições nos temas a discutir, em particular com o INFARMED, com a Polícia Judiciária e com a Direção-Geral de Política de Justiça.

No primeiro dia, Marta Temido, Ministra da Saúde, usou da palavra em nome da União Europeia, representando a presidência portuguesa do Conselho num discurso onde destacou o papel que esta estrutura tem ao nível da cooperação internacional na área das Drogas, relevando a importância da participação da sociedade civil, da definição de políticas baseadas na evidência científica e no respeito pelos Direitos Humanos, assegurando que "ninguém pode ficar para trás" nesta matéria.

António Lacerda Sales, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde falou, também, durante esta sessão em nome de Portugal, realçando a matriz humanista orientadora para as políticas de Drogas em Portugal, em que o cidadão que usa drogas é considerado um paciente que o sistema de saúde integra, acolhe e trata, por oposição a visões desatualizadas onde prevalecia a abordagem judicial e punitiva. Lacerda Sales afirmou ainda que Portugal condena veementemente a aplicação da pena de morte para assuntos relacionados com as drogas ou em quaisquer outras circunstâncias, terminando com uma chamada de atenção para o 50º aniversário do Grupo Pompidou do Conselho da Europa.

50º aniversário do Grupo Pompidou (GP) assinalado com evento paralelo



Ainda durante a manhã, teve lugar o evento paralelo comemorativo do 50º aniversário do Grupo Pompidou (GP), que se comemora em 2021 e cujo mote são os direitos humanos no centro das políticas relacionadas com drogas. João Goulão, diretor-geral do SICAD, moderou a sessão, marcando a presidência desta estrutura que está sob responsabilidade portuguesa no período entre 2019-2022. Como oradores convidados marcaram presença Ana Trudov, do secretariado do GP, que fez uma retrospectiva dos últimos 50 anos de atividade, Piotr Jablónski, vice presidente do GP e Diretor do Gabinete Nacional para a Prevenção das Drogas da Polónia, que falou sobre a importância da formação, quer para técnicos como para decisores que atuam neste âmbito, Richard Muscat, Presidente do Conselho Consultivo Nacional das Dependências de Malta, que se focou na questão dos direitos humanos e na necessidade de que as políticas de Drogas sejam coerentes e tenham compliance com as declarações fundamentais que regulam os direitos humanos e, no final, Denis Huber, secretário executivo do GP, que falou do futuro e de como a revisão dos estatutos proposta por Portugal deverá beneficiar o trabalho do Grupo e a sociedade em geral. Este evento foi coorganizado pelo Conselho da Europa, com o apoio de Portugal e Polónia.

Portugal organiza evento paralelo sobre a Estratégia Europeia em matéria de Drogas (2021-2025) no segundo dia da CND



João Goulão, em representação da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, foi o anfitrião e moderador do evento paralelo à 64ª reunião da CND “EU Drug Strategy 2021-2025”, que decorreu no dia 13 de abril. O diretor-geral do SICAD enquadrou o momento, recordando que a Estratégia Europeia em matéria de Drogas (2021-2025) foi aprovada no mandato da presidência alemã, tendo sido um representante deste país a dar início às intervenções.

Markus Riehl, em representação da cessante presidência alemã do Conselho da União Europeia (segundo semestre de 2020), apresentou as três áreas chave da nova estratégia: redução da oferta, redução da procura e resposta aos danos relacionados com a droga, assim como os três temas transversais de apoio a esses domínios de ação: cooperação internacional, investigação, inovação e prospetiva e coordenação, governação e execução. Seguiu-se Peter Mihok, da Unidade de Crime Organizado e políticas de Drogas da Comissão Europeia, que falou no contexto alargado em que a Estratégia se enquadra, reconhecendo que a Europa está bem nesta matéria, mas chamando a atenção para a complexidade dos mercados de Drogas.

O diretor do Observatório Europeu da Droga e das Toxicodependências, Alexis Goosdeel, foi o orador que se seguiu, apresentando a sua visão de como devemos abordar as questões relacionadas com drogas num mundo pós-Covid 19, rejeitando uma visão “antiga”, muito ligada aos consumidores de heroína injetável, que não tem lugar hoje num mundo onde os poli consumos são uma realidade praticada por pessoas de qualquer estrato social. Defendeu uma abordagem humanista, de acordo com os princípios da “não estigmatização”.

Seguiu-se Georgios Raskos, da Europol, que focou a sua apresentação nos grupos de crime organizados relacionados com as drogas, trazendo dados interessantes à discussão como a crescente competição entre os grupos que dominam a vertente “oferta” que fazem aumentar a violência, a corrupção, o tráfico online, entre outras vertentes da sua atuação.

Iga Kender-Jeziorska, Presidente do Grupo de Trabalho sobre Políticas de Drogas da UE para o Fórum da Sociedade Civil, fez a intervenção final e recordou as dificuldades que as organizações que trabalham no terreno, sobretudo as relacionadas com Redução de Riscos e Minimização de Danos, enfrentam, quer por uma crescente onda de enfraquecimento da democracia em alguns estados europeus, como pelo fenómeno COVID-19, que relegou para segundo plano muita das estruturas de apoio às pessoas que usam Drogas.

O evento terminou não sem antes ser dada a palavra ao público que colocou algumas questões, tendo João Goulão encerrado a sessão.

Portugal encerra intervenções na 64ª reunião da CND



As intervenções portuguesas na 64ª reunião da CND terminaram no dia 14 de abril com a participação de Teresa Caeiro, assessora do Coordenador Nacional para os problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Álcool e de António Lacerda Sales, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

Teresa Caeiro interveio no evento paralelo “Direitos Humanos em Ação: Implementando as Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Política de Drogas” organizado pelo Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR), apresentando o instrumento que um grupo de peritos coordenado por Portugal está a conceber, no âmbito do Grupo Pompidou, cujo objetivo é o de dar a cada país a possibilidade de se autoavaliar no que toca ao respeito pelos Direitos Humanos nas matérias relacionadas com Drogas.

Neste evento participaram também Daniela Ludwig, Comissária Federal de Drogas da Alemanha, Juli Hannah, da Universidade de Essex, e Rodrigo Uprimny, da Colômbia, tendo sido anfitrião Zaved Mahmood, do OHCHR, que destacou o papel inovador e essencial que Portugal teve e tem sempre que se discutem estas matérias.

Num segundo evento, desta vez promovido pelo International Narcotics Control Board (INCB), sobre “A Capacidade de Construir Soluções apoiando os Estados Membros em situações de Emergência e o Caminho a Seguir”, António Lacerda Sales deu voz à Europa, elogiando o papel desta organização junto dos vários países, nomeadamente na Formação que disponibiliza aos profissionais e decisores. Foi com agrado que Lacerda Sales recebeu a notícia de que o terceiro módulo de e-training do INCB será agora disponibilizado em português, língua falada por 265 milhões de pessoas em todo o mundo, como referiu.

Katharina Frey, Vice-Chefe da Missão Permanente da Suíça nas Nações Unidas em Viena, foi a anfitriã do evento, que contou ainda com a participação do presidente do INCB, Cornelis P. de Joncheere, e a intervenção de Amira Elfadil Mohamed Elfadil, em representação do continente Afri-

cano, Elizabeth Matfield da UNODC, Lisa Hedman da OMS e Clement Bingen da MSf (Médicos sem Fronteiras).

Dependências acompanhou o evento e recolheu as intervenções de Marta Temido, Ministra da Saúde, que na qualidade de Presidência do Conselho da União Europeia, proferiu o discurso em nome da UE no ponto da agenda “General Debate”, de António Sales, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que proferiu o discurso nacional também no ponto da agenda “General Debate”, de João Goulão, no âmbito do evento online Placing Human Rights at the Heart of Drug Policies - The Pompidou Group's 50th Anniversary, de António de Almeida Ribeiro, embaixador português em Viena, no âmbito da apresentação da resolução portuguesa, e de Ghada Waly, Diretora-Geral da UNODC. Entrevistámos ainda Ana Sofia Santos, Chefe de Divisão de Relações Internacionais do SICAD, que nos fez um balanço de um evento em que a representação nacional voltou a desempenhar um forte contributo para a disseminação de políticas e práticas humanistas, pragmáticas e centradas na saúde no domínio dos CAD.

Marta Temido, Ministra da Saúde



“It is an honour to participate in this meeting and to speak on behalf of the European Union and its Member States.

We would like to thank you, Madam Chair and the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) Secretariat, for making this meeting possible, despite the obstacles posed by the COVID-19 crisis. It is essential that we continue to meet and discuss solutions to the challenges related to drugs, which have been exacerbated by the pandemic.

In this regard, let me emphasise that effective solutions can only be found if we involve civil society in our discussions, as was our established practice. We are conscious that the virtual format of our meeting is challenging, but we have to make every effort to facilitate an inclusive and transparent multilateral process using the technology available. The restrictions imposed for this session must not set a precedent. Civil society participation is a priority, and we believe that the experience now gathered from virtual meetings will make it possible to return swiftly to the pre-pandemic level of civil society participation and involvement, and that this can happen as early as the next intersessional meeting.

We are proud to announce that in December 2020 the Council of the European Union adopted a new Drugs Strategy for the period 2021-2025. Not only does the Strategy explicitly support the acceleration of the implementation of our joint commitments, but it also directly contributes to this objective. With this Strategy, the EU and its Member States reaffirm their

commitment to an evidence-based, integrated, balanced and multidisciplinary approach. The Strategy addresses the various aspects of the drugs situation by aiming at: 1. enhancing security and reducing drug supply; 2. increasing prevention, treatment and care-services and reducing drug demand; and 3. addressing drug-related harm. With the respect, promotion and protection of human rights at its core, the EU Drugs Strategy incorporates gender equality and health equity perspectives. I should also stress that this Strategy fully recognises the importance of international cooperation to address drug-related challenges, and that it has a dedicated chapter in this regard. Last but not least, our Strategy incorporates the lessons learned from the COVID-19 crisis in the drugs area and takes a future-oriented approach, promoting research, innovation and foresight to respond more effectively to increasing challenges and to anticipate these. We will present the EU Drugs Strategy at our side-event tomorrow. You are welcome to participate in this event.

In line with the approach promoted in the Strategy, we have submitted a draft resolution to be adopted at this 64th Commission on Narcotic Drugs (CND) session. This draft resolution aims to promote the development of quality, affordable, scientific evidence-based and comprehensive drug prevention and treatment services around the globe. Indeed, assurance of the quality of drug prevention and treatment services, solidly based on scientific and evidence-based research and knowledge, is essential to the continuous improvement in this regard. These services should on the other hand be accessible to all, which can only be assured by their affordability. We know that we can count on your constructive involvement in the discussions on this resolution.

The COVID-19 crisis has had a great economic and social impact on our societies. In the field of drugs, it has worsened an already grim situation, as was evidenced by the World Drug Report 2020. The pandemic has had multiple effects. Organised crime groups have swiftly adapted their business models, for instance by expanding drugs trafficking via maritime routes and online sales via darknet markets. For people who use drugs, prevention, treatment and care services have been disrupted worldwide. In Europe, following an initial disruption, innovative approaches were applied, which allowed for increased access to services, including a greater use of digital health options.

In 2016, at the United Nations General Assembly Special Session (UNGASS) on Drugs, we committed to addressing and countering the world drug situation in a comprehensive, integrated and balanced way, through the adoption of an outcome document which remains the most comprehensive international drug policy document. In 2019, we adopted the Ministerial Declaration that highlights our willingness to accelerate the



António Sales, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde



implementation of our commitments. More than ever, this should remain our priority.

The EU and its Member States emphasise that States have to respect, protect and promote all human rights and fundamental freedoms as well as the inherent dignity of all individuals and the rule of law in the development and implementation of drug policies. We reiterate our own commitment to that end. We reiterate our strong condemnation of the use of capital punishment in all circumstances and in all cases, as it violates the inalienable right to life and is incompatible with human dignity. The death penalty does not serve as a deterrent to crime and makes any miscarriage of justice irreversible. The International Guidelines on Human Rights and Drug Policy provide a comprehensive set of international legal standards that can in some ways provide guidance to governments in developing human rights-compliant drug policies.

Cooperation through effective multilateralism remains the best way to tackle today's and tomorrow's global challenges. The EU is strongly supportive of efforts to promote coordination between relevant UN entities and regional and international organisations. The EU also recalls the importance of the commitment to the effective implementation of the three international drug control conventions. We welcome the continued support of the international community to these conventions and the broad consensus on the relevant international human rights instruments as being the cornerstones of the international drug control system.

In this regard, we support the UN System Common Position on drug policy and suggest that its Task Team focus on stepping up efforts to ensure that no one is left behind, in line with the Sustainable Development Goals. The Common Position inspires us to work together in developing and implementing balanced and evidence-based responses to the world drug situation, within the framework of the 2030 Agenda. We should now further accelerate our efforts to ensure that no one is left behind.

To conclude, Madam Chair, the international community needs to step up its responses to cope with the challenges at stake, which is important to achieve the Sustainable Development Goals in the 2030 Agenda for Sustainable Development. The EU and its Member States will continue working relentlessly with our international partners to address the world drug situation and to accelerate the implementation of our joint commitments".

"It is a great pleasure to address the Commission at its sixty fourth session in these unprecedented times.

The Ministerial Declaration of 2019 allowed us to recall the importance of implementing all our commitments, setting the stage for an international single-track approach, reaffirming the multidimensional nature of those commitments and promoting its implementation in practice. The prius of these commitments is reflected in the 2016 UN General Assembly Special Session Outcome Document, an historic landmark, in which Member States recognized that the world drug situation should be addressed in a multilateral setting and demands an integrated, multidisciplinary, balanced, evidence-based and comprehensive approach. In this regard, Portugal fully supports the UN System Common Position on drug policy as well as its Task Team, a key development towards the assurance of UN system-wide coherence and alignment with the overarching Sustainable Development Goals.

Portugal recognizes drug use as a health issue and drug user as a person who needs to be treated and not punished. In this regard, a public health oriented approach has been implementing, with the aim of preventing the spread of HIV among people who use drugs and decreasing the number of drug-related deaths. At the same time we continue to be strongly committed to supply reduction activities, including law enforcement, judicial cooperation, strengthening assets recovery efforts and combating money laundering. Portugal would like to underline the value and importance of the International Guidelines on Human Rights Drug policy, which provide a comprehensive set of international standards for guiding governments to develop human rights compliant drug policies. Furthermore, and in line with this model, Portugal strongly condemns the application of capital punishment in cases of crime offenses related to drug use. As a matter of fact, Portugal unrelentingly opposes the death penalty in all circumstances.

Portugal and Austria have tabled a draft resolution on behalf of the EU and its Member States, entitled "Promoting quality, affordable, scientific evidence-based and comprehensive drug prevention and treatment services". This draft resolution highlights several relevant topics in the area of drug prevention and treatment. At this stage, Portugal would like to take this opportunity to recognize the role played by civil society organizations in the development and implementation of drug policy.

I will now address you very briefly in my capacity as Presidency of the Pompidou Group, of the Council of Europe. This year we are celebrating the fiftieth Anniversary of the Pompidou Group, under the motto "Human rights at the heart of drug policies". The most important feature of the Anniversary is the expected adoption of a revised statute which includes a strong focus on human rights and public health. The Pompidou Group of the Council of Europe is committed to continue and expand its efforts to further cooperate with international organisations and with civil society organisations towards our common goal to bring public health and the respect of human rights to the forefront of drug policy".

João Goulão Diretor-Geral SICAD



"I am very pleased to welcome all the participants to this side event on the human rights dimension of drug policies as part of the activities celebrating the 50th Anniversary of the Pompidou Group.

Portugal, as Presidency of Pompidou Group for the period 2019-2022, is very honoured to co-organise this side event together with the Council of Europe and

Poland, the Vice-Chair of the Pompidou Group. 2021 is a year for celebration for all of us! 50 years ago, the French President Georges Pompidou, recognising the importance of a coordinated response towards the global drugs problem, proposed the creation of a European cooperation framework to fight against drug abuse and drug trafficking.

In the last years, the drugs situation changed substantially all over the world and in Europe with new patterns of use, new psychoactive substances appearing in the market and new traffic routes emerging. Over the last 50 years, the Pompidou Group has been the voice of the Council of Europe on drug issues. In a changing international environment, it remained firm on promoting a balanced approach between the necessity to tackle drug abuse and drug trafficking and the responsibility of states to protect the health and human rights of people. The Pompidou Group, evolved in his tasks and objectives and is now a forum for open debate, exchange of knowledge and experiences and a platform for science and evidence base innovation linking policy, research and innovation for professionals, experts, researchers and policy decision makers.

With the recent accessions of Armenia and Georgia, the Group grew from 7 initial states to 41 members, its activities have extended well beyond Europe and it has established several Memorandum of Understanding with international organizations.

In order to better reflect the new developments in drug policies and the challenges ahead, the Pompidou Group launched in 2019 an open discussion with its Members and a wide-ranging consultation process (including civil society organisations) on its mandate, operation and working methods, in order to more effectively reflect today's drug policy evolution and the challenges faced at national and international level. The revised statute is due to be adopted by the Committee of Ministers of the Council of Europe later this year, as the major highlight of the Pompidou Group 50th Anniversary celebrations.

The Pompidou Group, under the Portuguese Presidency, has been focus in bringing public health and the respect of human rights to the forefront of drug policy. The current work programme entitled 'Sustainable drug policies respectful of human rights', emphasizes the need to integrate human rights into the development, implementation, monitoring and evaluation of drug policies. Human rights are a transversal issue present in all Pompidou Group activities and we believe that regular cooperation of government's, experts, professionals, representatives of the civil society, along with relevant international organisations, is key to develop balanced, evidence-based, comprehensive and human rights respectful drug policies.

Last year, a new project was launched at the initiative of the Portuguese Presidency, to analyze the impact of human rights on drug policies and on how they can be instrumental in reducing unwanted effects and unattended consequences of responses. The work aims at the development of a set of tools and markers to assess the level of human rights compliance of different drug policy options and interventions which will be presented by the end of this year.

The presentations of this side event will focus on the achievements of the Pompidou Group, the human rights approach to drug policies and its path into the future grounded on the revision of its founding statute".

António de Almeida Ribeiro, embaixador português em Viena



"It is an honour to participate in this meeting and to address the Commission at its 64th session. As it is the first time, I am taking the floor in this session of the CND, firstly, I would like to congratulate you, Madam Chair for your election as well as that of the other officers.

In the 2019 Ministerial Declaration, Member States have committed themselves to accelerating the implementation of existing

drug policy commitments and obligations, of namely the three international drug control conventions, while fully respecting, protecting and promoting all human rights, fundamental freedoms and the inherent dignity of all individuals and the rule of law. On this occasion, I would like to emphasize that Portugal remains fully engaged in this objective of implementing all the commitments contained in the drug policy documents, and crystalized in the UN-GASS 2016 outcome document.

Portugal places great importance on the area of drug prevention and treatment, and our model, focused on public health and human rights, has been qualified as an important best practice example. In line with these commitments, Portugal, together with Austria, has tabled a draft resolution on behalf of the EU and its Member States, that now also counts with the important co-sponsorship of Angola and Brazil, to be adopted at 64th session of the Commission on Narcotic Drugs, entitled "Promoting quality, affordable, scientific

evidence-based and comprehensive drug prevention and treatment services". With this resolution, we aim to emphasise the importance of ensuring that prevention and treatment provided to people who use drugs is of quality and affordable, in order to further advance our efforts in addressing and countering the world drug situation in an efficient manner. At the same time, it is also stressed that these services should be implemented with full respect for all human rights and fundamental freedoms, and that people who use drugs should not be stigmatized nor discriminated against.

On the other hand, this resolution also reiterates that measures aimed at minimizing the adverse public health and social consequences of drug use are one of the key aspects in preventing the transmission of HIV, viral hepatitis and other blood-borne diseases associated with drug use that still have a high prevalence among people who use drugs.

Moreover, we believe that through the implementation of such measures, paired with human rights and public health perspectives, our efforts in addressing the world drug situation will bring more positive, effective and long-lasting results not only for the people who use drugs, but also for their families and communities, and all members of society.

We consider that this is a balanced and timely draft resolution that addresses very important topics for the international community in the context of the world drug situation, and we therefore hope that this proposal can gather the support from the UN constituency.

I would like to express our great appreciation for the work of the Bureau of the Commission and its Officers, the Secretariat, and last but certainly not least the Conference Room Services and all the Staff of the UNODC and UNOV whose work and dedication have allowed us to continue our work, even during these challenging pandemic times. Together with the Vienna spirit and our commitment to dialogue they are truly essential for the progress of our multilateral work".

Ghada Waly, Diretora-Geral da UNODC



"We have arrived at the successful conclusion of the 64th session of the Commission on Narcotic Drugs. I warmly congratulate the Chair and the extended Bureau on this achievement.

In the face of continuing challenges posed by the global pandemic, this hybrid session brought together some 1,400 participants from 128 countries, 19 inter-governmental organizations, and 72 non-governmental organizations.

More than 110 speakers participated in the general debate. The dialogue continued through more than 100 side events, all taking place virtually with participants from all over the world.

Together, over the course of this week, Member States, civil society, experts and academia sharpened the focus on what needs to be done to deal with the effects of the COVID-19 crisis on world drug challenges, and to work towards a recovery that will get us back on track to achieving the Sustainable Development Goals.

We saw this focus in the joint statement adopted by the Commission on Monday, to address the impact of the pandemic on efforts to counter the world drug problem.

On Wednesday, Member States took a collective decision to place eight new substances under international control.

The four resolutions adopted at this session further reflect concerns for safeguarding health and welfare, and they offer concrete steps to strengthen access to drug treatment, rehabilitation and social reintegration services; alternative development; scientific evidence-based prevention and treatment; and responses to non-medical use of pharmaceuticals.

Just before the start of this session, we marked World Health Day, which this year had the theme of health equity.

Health for all in 2021 means ensuring equal access to vaccines. It also means equitable access to internationally controlled substances for pain relief, and other medical and scientific purposes. People need and deserve access to life-saving treatment, care, and other services, including for drug use disorders, HIV, and related diseases.

As health systems have come under unprecedented strain in the pandemic, such services have also been disrupted, and I very much welcome the efforts of the Commission to address these urgent problems.

Both the COVID crisis and the world drug problem are shared challenges that heighten the need for greater cooperation and shared solutions.

We have seen that drug use patterns and trafficking trends have shifted during the pandemic.

Dangerous developments observed before the crisis, including the expansion of drug trafficking online and through maritime and waterway routes, as well as non-medical use of pharmaceutical drugs, have accelerated.

As the crisis has reversed global development progress, driven up poverty and heightened vulnerabilities, criminal groups have anticipated and exploited opportunities. By the end of 2020, drug trafficking continued in line with pre-pandemic trends, or even at an increased pace.

In order to respond effectively, we must also adapt and innovate, to offer greater support to the people who need it, and stop organized crime and drug traffickers from taking advantage of social and economic fragility.

As the CND joint statement recognizes, Member States have met adversity during the pandemic by developing new approaches to drug prevention and treatment, as well as to related health and social services, taking advantage of online platforms and other technologies.

UNODC remains your steadfast partner in advancing these responses. I thank Member States for recognizing UNODC's work in the adopted resolutions, which we will take forward through our technical assistance, tools, guides, and flagship World Drug Report, from headquarters in Vienna as well as from our network of field offices.

In turn, we rely on your financial support to enable our Office to continue living up to these many responsibilities you have entrusted to us.

Distinguished Chair, Excellencies,

The energy and spirit that has kept crucial intergovernmental work progressing in Vienna throughout the pandemic has been very much in evidence over the past week, helping to chart a path forward through and beyond the current crisis.

Our determination to leave no one behind is reflected in the results of this Commission. Our efforts to turn commitments into effective action on the ground are reinforced by UNODC's new corporate strategy, and our Strategic Vision for Africa.

In partnership with Member States, civil society, the private sector, experts, UN entities, regional organizations and all stakeholders, UNODC will advance balanced, humane and effective responses to world drug problems, and empower youth, women and the marginalized, for health and for justice.

This morning, we joined our host country in remembering and mourning the more than 9,500 people in Austria, and the more than three million people worldwide, who have lost their lives to the virus.

We can cherish and honour their memory by committing to greater solidarity and support, including through the work of this Commission, to meet the needs of this unprecedented moment, and to build resilience and capacities for the challenges to come.

In closing, I would like to congratulate you all once again. I thank you for your dedication and engagement and I am grateful to my colleagues at UNOV/UNODC for their hard work in making this session possible".



Ana Sofia Santos, Chefe de Divisão de Relações Internacionais do SICAD



Que balanço faz da realização desta CND, que fica marcada por uma forte presença e contributo português?

Ana Sofia Santos (AS) – Sim, este foi, sem dúvida alguma, um ano particularmente interessante para nós, enquanto país, porque estivemos na CND numa tripla qualidade: por um lado, enquanto estado-membro das Nações Unidas, como habitualmente participamos, por outro lado, enquanto presidência do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, que exercemos desde 2019 e que terminará em 2022, e porque Portugal está com o exercício da presidência do Conselho da União Europeia, tendo também responsabilidades acrescidas, nomeadamente em matéria de drogas, uma vez que o Dr. João Goulão está a assegurar a presidência do Grupo Horizontal de Drogas, o grupo do Conselho que tem responsabilidade política nesta matéria, o que fazemos em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma vez que este grupo tem duas copresidentes, eu e a Filipa Silva. Foi particularmente desafiante porque havia muitas iniciativas e eventos que exigiam a nossa presença numa destas três qualidades, depois houve o desafio acrescido de a reunião ter decorrido quase totalmente em formato virtual, com muito poucas sessões em que foi possível, inclusivamente aos diplomatas de Viena, estarem presentes nas Nações Unidas, devido à situação de pandemia. Enquanto SICAD e país, fazemos um balanço muito positivo da participação nacional, reflexo do trabalho que temos vindo a desenvolver ao nível nacional e internacional e fruto do reconhecimento que o nosso país tem tido nesta matéria e, obviamente, resultado da qualidade que todos os nossos profissionais, seja na área da saúde, seja da justiça ou dos negócios estrangeiros que conosco trabalham estas matérias. Também uma presença marcante, em que tivemos a Sra. Ministra da Saúde a proferir o discurso inicial em nome da União Europeia na sessão plenária; depois, o nosso Secretário Adjunto e da Saúde fez o discurso nacional nesse mesmo debate geral e tivemos ainda outra intervenção, proferida pelo nosso embaixador em Viena, num ponto da agenda regular da reunião em que se pretende fazer o acompanhamento da implementação dos compromissos políticos assumidos ao nível internacional, nomeadamente depois da aprovação da declaração ministerial em 2019. Portanto, em termos mais políticos, realçaria estes três momentos marcantes da presença nacional. Depois, tivemos também uma participação bastante ativa no que respeita aos side events que habitualmente decorrem à margem da reunião da Comissão de Estupefacientes. O SICAD foi responsável pela

organização de um side event em nome da União Europeia, cujo objetivo foi apresentar a recente Estratégia Europeia em Matéria de Drogas adotada pelo Conselho em dezembro, onde contamos com a colaboração de representantes da Comissão Europeia, da Alemanha, que exerceu a presidência durante a aprovação da estratégia, do diretor do Observatório Europeu, do representante da Europol e do representante da sociedade civil, o Civil Society Forum on Drugs. Atualmente, enquanto presidência, estamos a negociar com os estados-membros da UE, no âmbito do Grupo Horizontal de Drogas, o plano de ação que irá implementar esta estratégia, cuja aprovação esperamos conseguir ainda antes do final da nossa presidência. Destacaria mais dois side events, um que contou com a participação do Sr. Secretário de Estado, organizado pelo órgão internacional para o controlo de estupefacientes, e outro sobre a problemática dos direitos humanos e a implementação de guidelines sobre direitos humanos e políticas de drogas elaboradas pelas Nações Unidas em 2019, em que contamos com a intervenção da Dra. Teresa Caeiro, do SICAD, que tem vindo a coordenar um grupo de peritos que estão a construir uma ferramenta, o Self Assessment Tool, para proporcionar aos estados uma autoavaliação sobre as suas políticas em matéria de drogas e direitos humanos, contribuindo para políticas centradas na proteção da saúde pública e na promoção dos direitos humanos. Terminaria com aquele que foi para nós o momento alto da CND deste ano: em estreita colaboração com a nossa missão em Viena, decidimos apresentar uma proposta de resolução, também nesta vertente de saúde pública e direitos humanos, mas focada na promoção dos serviços de prevenção e tratamento de drogas de qualidade, acessíveis, inclusivos e baseados na evidência científica.

Num primeiro momento, esta resolução foi negociada em sede da UE, no Grupo Horizontal de Drogas, onde obtivemos o apoio de todos os países da UE. E, durante a semana da CND, houve uma série de negociações, primeiro em reuniões informais e, posteriormente, no comité onde são aprovadas, conduzidas pelo colega da missão em Viena, Dr. João Bezerra da Silva, que realizou um excelente trabalho político-diplomático, conseguindo um resultado final que, em nosso entender, é de muito prestígio para o país. O objetivo principal foi conseguido: a CND mandatou os serviços competente do UNODC para analisarem a qualidade dos serviços de prevenção e tratamento para assegurar a sua melhoria contínua. Para além disso, serão ainda analisadas possíveis ligações entre o consumo de droga, a criminalidade e os fatores socioeconómicos e de saúde, permitindo – esperamos – demonstrar que medidas de redução de danos não aumentam, antes pelo contrário, reduzem a criminalidade. Por um lado, porque a resolução contém alguns aspetos que, para aqueles países que designamos de hard liners, mais conservadores, são sempre alvo de alguma relutância, nomeadamente as medidas de redução de danos e medidas não estigmatizantes, a promoção de serviços acessíveis e disponíveis para todos, o que sabemos não ser uma realidade em todos os países do mundo. O facto é que, depois de longas e árduas negociações conduzidas pelo colega da missão em Viena, o texto final deixa-nos bastante satisfeitos e, mais do que isso, a resolução teve depois o copatrocinio de 46 países, que cobrem todos os grupos regionais em matéria de Nações Unidas e com países de relevo, como os EUA, Rússia, Brasil, Irão, Filipinas e Tailândia, como sabemos com políticas não tão próximas das nossas, Angola, Austrália e Canadá, entre vários outros e, claro, os 27 estados-membros da UE, merecendo um grande apoio por parte da comunidade internacional, o que nos deixou muito orgulhosos e satisfeitos. Em traços gerais, estas são as principais razões pelas quais nós, SICAD e o país, entendemos que devemos estar muito satisfeitos e orgulhosos face ao resultado da CND deste ano.

THE BIDEN ADMINISTRATION'S DRUG POLICY STRATEGY AND LESSONS FROM PORTUGAL



No mês em que a Administração Biden apresentou o seu novo Plano sobre Drogas que marca um ponto de viragem no paradigma da “War on Drugs”, a Brookings e a embaixada de Portugal em Washington organizaram o webinar “The Biden administration’s drug policy strategy and lessons from Portugal”.

João Goulão, diretor-geral do SICAD foi um dos oradores convidados para participar no evento que foi iniciado por Vanda Felbab-Brown, da Brookings.

Felbab-Brown deu as boas-vindas aos oradores e participantes tendo passado a palavra ao embaixador português nos Estados Unidos da América (EUA). Domingos Fezas Vital deu uma visão geral do contexto em que o Modelo Português surgiu e chamou a atenção para o facto das políticas serem sempre um trabalho em construção e de que não podem ser separadas do seu contexto, não devendo ser copiadas e implementadas literalmente.

O também Coordenador Nacional para os problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, João Goulão iniciou a sua intervenção mostrando toda a disponibilidade para colaborar de perto com as autoridades norte-americanas no trabalho a desenvolver sobre o problema das Drogas, tendo agradecido pelo apoio prestado, nomeadamente quanto à resolução apresentada em nome da União Europeia na última reunião da CND. Finalmente, convidou as autoridades americanas para observar e contribuir para o trabalho do Grupo Pompidou.

João Goulão fez menção às coincidências que encontra entre a situação que Portugal viveu nas décadas de 80 e 90 do século XX e a crise de opioides vivida hoje em vários países, como por exemplo nos EUA, tendo depois, explicado como decorreu o processo português até à implementação e operacionalização do Modelo Integrado. A diferença de sistemas de Saúde e a clarificação entre o que é a descriminalização, a despenalização e a legalização de substâncias ilícitas foram também referidas no seu discurso.

Ketih Humphreys, conselheiro de políticas públicas e profundo conhecedor dos problemas relacionados com Drogas trouxe a visão norte-americana, dando nota que, politicamente, não houve oposição a que a toxicodependência pudesse ser integrada no sistema de saúde, o que foi e é discutido são os valores alocados, tendo também a indústria seguradora oferecido bastante resistência a esta posição, visto que os EUA não possuem um Serviço Nacional de Saúde e todos os cidadãos dependem de um seguro de saúde privado para tratar as suas doenças.

Vanda Felbab-Brown, ainda antes do tempo para perguntas, abordou a questão da Oferta, tendo mencionado a China, Índia, México e Colômbia e de como as práticas e políticas nacionais desses países interferem com outros países no que toca aos problemas com Drogas.

O webinar terminou com a resposta a algumas perguntas previamente enviadas pelos participantes que se centraram, sobretudo, na Redução de Riscos e Minimização de Danos.

Esta foi a 64ª reunião da CND e retenho alguns momentos de eventos anteriores em que a diferença de abordagens e paradigmas era muito acentuada e com sérios prejuízos para os direitos humanos e para a saúde pública... O facto de termos países como a Rússia, EUA, Filipinas, Irão, Tailândia, significará aproximação ou apenas fachada?

AS – Muito honestamente, acompanho esta área há muitos anos e até a própria Comissão de Estu-peficientes, e acho que, efetivamente, 2016, com a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi um marco histórico nesta matéria. O documento que foi aprovado em 2016, conhecido como UNGASS Outcome Document, que ficou aquém do que nós, Portugal, e a generalidade dos países europeus gostariam, significou um enorme progresso face aos documentos políticos enquadradores que tínhamos antes e que datavam de 2009. Conseguimos aprovar um documento que tem um capítulo específico sobre direitos humanos; é verdade que não tem a expressão redução de danos, que muitos países ainda não aceitam, mas tem outra que significa exatamente o mesmo, que é medidas para reduzir as consequências adversas do consumo de drogas. Penso que temos vindo a dar pequenos passos, pelo menos face ao que é a nossa perspetiva nesta matéria... e temos que ter a consciência que Portugal tem uma política que foi há 20 anos muito inovadora e já tínhamos, desde 1999, uma estratégia nacional que contemplava todas estas dimensões do humanismo, pragmatismo, centralidade no cidadão, proteção dos direitos humanos... Portanto, nós até podemos considerar que se tratam de pequenos passos mas, sem dúvida alguma, são passos que têm vindo a dar-se no sentido de uma aproximação do nosso enquadramento e política. Depois, em 2019, com a declaração ministerial, houve a tentativa de alguns países reiniciarem novas discussões sobre a redução de danos e atenuarem a linguagem, o que acabou por não acontecer, verificando-se uma reafirmação dos compromissos assumidos em 2016. Portanto, vendo esta evolução que tem sido feita em termos de Nações Unidas, uma realidade diferente da europeia, acho sinceramente que têm sido feitos alguns avanços relevantes. E estas resoluções são um pouco a forma de ano a ano, irmos introduzindo algumas questões e pressões na linguagem que é aceite e consensualizada no seio das Nações Unidas, que depois permitem dar alguns passos mais quando chegam aqueles momentos marcantes em que, em termos políticos, temos que adotar um novo documento ou fazer uma avaliação intermédia.

DECLARAÇÃO FOI REALIZADA DURANTE APRESENTAÇÃO DO PNRCAD

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE PROMETE SICAD MAIS FORTE PARA BREVE



António Lacerda Sales, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

A apresentação da base da estrutura do Plano Nacional de Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (PNRCAD) 2021-2030 decorreu no dia 20 de abril, num evento online onde participaram 122 pessoas. João Goulão, Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, referiu-se ao início de uma vasta discussão pública e de um processo que se deseja amplamente participado, enquanto o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, em mensagem aqui replicada por Dependências, anunciou que estão a ser feitos todos os esforços para que a implementação deste novo plano seja feita com um SICAD mais fortalecido.

João Goulão destacou alguns resultados da avaliação externa do anterior plano nacional, 2013-2020, um dos pontos de partida para a construção do novo, referindo quatro pontos positivos revelados pela avaliação externa: intervenções globalmente positivas, o reconhecimento internacional da política portuguesa, o alargamento do enfoque para além das substâncias ilícitas tradicionais e o compromisso de um vasto número de entidades para a realização do novo PNRCAD.

Após salientar algumas das recomendações feitas pela equipa de avaliação externa, o também Diretor-Geral do SICAD, com base em dados epidemiológicos, apontou como preocupantes o aumento do jogo online e a existência de indivíduos já com dependência de internet, embora ligeira a moderada, tendo afirmado que “é fundamental sermos mais eficazes com tudo o que se relaciona com as substâncias, mas também com outros tipos de comportamentos nomeadamente com o jogo”.

O novo PNRCAD terá a duração de dez anos, dividido por três períodos (2021-2024/2025-2027/2028-2030), cada um com um plano de ação próprio. A centralidade no cidadão continuará a ser um princípio fundamental. O cruzamento entre os ciclos de vida e os diversos contextos será feito através de três pilares: empoderar, através de uma participação ativa e do exercício de cidadania esclarecida e de sistemas sociais promotores de estilos de vida saudáveis; cuidar, sendo o garante de suporte a todos os que precisam de respostas na área dos CAD e proteger, relacionado não só com as medidas diretamente dirigidas à criminalidade, associada ao consumo e ao tráfico ilegal de substâncias, e com medidas para regular e fiscalizar

a oferta de substâncias ou a exposição a situações potencialmente aditivas, protegendo os mais vulneráveis.

O PNRCAD é o instrumento que define uma estratégia partilhada e integrada no que respeita aos CAD, procurando reduzir a exposição e desenvolvendo a perceção de risco associada a estes comportamentos e ao sofrimento por eles gerado, visando ter comunidades mais saudáveis, através de políticas públicas que respeitem os direitos humanos, contribuindo para uma sociedade mais informada, saudável e segura.

O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que encerrou o evento, elogiou a iniciativa e recordou a importância da Estratégia Nacional de Luta Contra Droga, tendo alertado para o envelhecimento da população dependente de substâncias ilícitas à qual “é urgente dar resposta que garanta o aumento da sua qualidade de vida”.

Depois de se referir ao impacto da pandemia da covid19 nos CAD, manifestou o desejo de que este novo PNRCAD “seja um documento estratégico que integre as preocupações da sociedade em matéria de qualidade de vida relacionada com os comportamentos aditivos e as dependências e que responda às necessidades das pessoas com estes comportamentos e aos profissionais que desenvolvem atividade nesta área”. António Lacerda Sales terminou a sua intervenção apelando a todos os parceiros para que reforcem o seu envolvimento nas diversas etapas deste plano.

O novo Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2030 marcará as políticas públicas na presente década. Todos os contributos para a construção deste documento podem ser enviados para planonacional@sicad.min-saude.pt.

António Lacerda Sales, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

“Gostaria de felicitar o Sr. Diretor Geral do SICAD e coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, Dr. João Goulão, pela apresentação desta iniciativa e por nunca deixar de lutar pela saúde dos portugueses.

O sucesso da política portuguesa na área dos CAD é reconhecido, nacional e internacionalmente, nomeadamente no que respeita às substâncias ilícitas e, particularmente, desde há cerca de 20 anos, na sequência da publicação da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, em 1999, e da Lei da Descriminalização de 2000, cujas orientações têm norteado os planos nacionais que se lhes seguiram, implementados através dos respetivos planos de ação.

O âmbito da abrangência destes planos tem vindo, justificadamente, a ser alargado para além das substâncias psicoativas ilícitas, em resultado dos novos desafios que se foram colocando no que respeita aos CAD, em geral na sociedade atual, tendo sido já incluídos no anterior Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 o uso nocivo do álcool, dos medicamentos, dos anabolizantes e do jogo.

Este plano nacional assenta nas mãos avançadas abordagens de saúde pública a nível internacional, encontrando-se alinhado com uma perspetiva de redefinição das políticas e dos serviços de saúde, o que contribui para a continuidade e implementação eficaz de um modelo integrado de intervenção. Destaco por isso o consenso alcançado em matéria de políticas públicas sobre CAD, que pode estar associado ao progressivo desaparecimento da agenda mediática, e consequentemente também social e política, dos problemas associados a estes comportamentos. Parece existir uma evolução muito significativa das perceções predominantes na sociedade portuguesa relativamente à questão das adições e dependências, bem como aos consumidores. Destacam-se igualmente o reconhecimento internacional dos méritos da política portuguesa e dos resultados alcançados relativamente às metas definidas e ao custo efetividade das ações desenvolvidas.

Este plano nacional assentou no compromisso de um conjunto muito vasto de entidades em trabalharem em objetivos comuns. Foi muito positivo o alargamento do enfoque de atuação para outros domínios além das substâncias ilícitas tradicionais, passando a compreender um vasto leque de CAD que o ciclo estratégico 2013-2020 estabelece com o princípio da centralidade no cidadão, considerando o seu contexto e ciclo de vida nos diferentes tipos de intervenções que contribuam para a promoção da saúde e bem-estar.

No que se refere à redução da oferta, para além da componente já estabelecida da diminuição da disponibilidade e do acesso às substâncias ilícitas tradicionais, surgem igualmente novas propostas, não só no sentido de dar uma maior visibilidade às novas substâncias psicoativas, como também de integrar pela primeira vez a regulamentação e fiscaliza-

ção do mercado de substâncias lícitas, com as áreas do jogo e da internet.

Conhecemos o caminho percorrido, mas não retiramos o foco dos desafios passados, não só pelas alterações ocorridas no modelo de gestão política, mas também porque se assiste a um envelhecimento da população dependente de substâncias ilícitas à qual é urgente dar resposta que garanta a sua qualidade de vida. De facto, a evidência dos estudos mais recentes revela au aumento do consumo e conseqüente diminuição da perceção de risco do consumo de canábis e de outras substâncias ilícitas, de pedidos de tratamento por consumo de cocaína e canábis, do agravamento do consumo de álcool entre os mais jovens, mas também dos mais velhos e, em especial, das mulheres, do número overdoses dos de óbitos por intoxicação alcoólica e do número de acidentes e óbitos rodoviários por efeitos do álcool, dos internamentos hospitalares e das mortes atribuíveis ao álcool... mas também a duplicação da dependência alcoólica e da dependência do jogo... é importante referir também o impacto da pandemia por Covid-19, que tem contribuído para um agravamento das situações relativas a alguns consumos de substâncias psicoativas ilícitas e do álcool, que já se tinham verificado nos últimos anos. Em Portugal tem também vindo a crescer o número de pedidos de ajuda de famílias que se debatem com a crescente utilização dos ecrãs por parte das crianças e jovens, mas também da população adulta, com conseqüências ao nível do rendimento escolar e profissional, havendo um cada vez maior número de pedidos de autoexclusão no jogo online. Por isso se torna tão premente preparar um plano estratégico para dar resposta a este e outros desafios.

O Sr. Coordenador nacional apresentou hoje as linhas mestras para este plano, um plano

que se quer com a abrangência de todos os CAD e que seja um documento estratégico que integre, por um lado, as preocupações da sociedade em matéria de qualidade de vida relacionadas com os CAD e resposta, por outro lado, às necessidades das pessoas com estes comportamentos e às dos profissionais que desenvolvem atividade nesta área. Mantendo os princípios que nortearam os planos anteriores, reforçando o princípio da centralidade no cidadão e atentos às condições próprias de cada indivíduo, mas também às condições externas que podem potenciar comportamentos de risco nesta área, importa garantir a capacidade de decisão informada, a acessibilidade, equidade e qualidade das respostas necessárias e a proteção e segurança dos próprios e das comunidades ao longo de toda a sua vida e em diferentes contextos, sem excluir ninguém e em respeito total pelo cumprimento dos direitos humanos e que a estrutura de base, hoje aqui apresentada, corporiza nos três pilares de intervenção: empoderar, cuidar e proteger.

Gostaria de concluir, assegurando que estamos a envidar todos os esforços para que a aprovação deste Plano Nacional para a Redução dos CAD 2021-2030 possa ser feita por um conselho interministerial para os CAD, e que o Sr. coordenador nacional tenha na implementação deste plano um SICAD com uma estrutura mais fortalecida. Terminarei dizendo que, para atingir a proposta deste novo plano, o Ministério da Saúde junta-se ao Sr. coordenador nacional, convocando todos os parceiros a aumentarem o seu envolvimento, quer no desenho, na definição das prioridades e objetivos, quer no acompanhamento e monitorização. Da nossa parte, da parte do XXII Governo Constitucional, podem com certeza continuar a contar connosco”.

Apresentação da base da estrutura para o Plano Nacional para a Redução dos CAD 2021 - 2030

João Goulão
Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool

António Lacerda Sales
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

20 ABRIL 2021
15h30 - 16h30

EVENTO ONLINE

SICAD

AUTARQUIAS NO FEMININO: NA IGUALDADE SE CONSTRÓI A DIFERENÇA

O Poder Local Democrático constitui um dos mais altos pilares da democracia popular e de proximidade às populações. Nos 308 municípios portugueses, centenas de autarcas são mulheres, e 31 presidem câmaras municipais. É indubitável que as autarquias e o poder local em geral, grande desígnio e das mais emblemáticas conquistas do 25 de abril, são fundamentais na organização do Estado democrático e uma realidade na resolução dos problemas das pessoas.

O Poder local democrático é uma das principais conquistas da liberdade e da democracia e veio consagrar a intervenção política das mulheres e o seu serviço à causa pública, valorizando e igualdade de género, muitas vezes reduzida e até secundarizada. Não podemos ignorar o facto de apenas 10% das autarquias portuguesas serem presididas por mulheres, apesar dos inúmeros atestados de competência em gestão no feminino no nosso país.

De acordo com o Artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa, no capítulo Autarquias Locais, pode ler-se que "A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais" e que estas "são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas", numa clara alusão ao serviço público de proximidade, bem patente neste essencial órgão de representação.

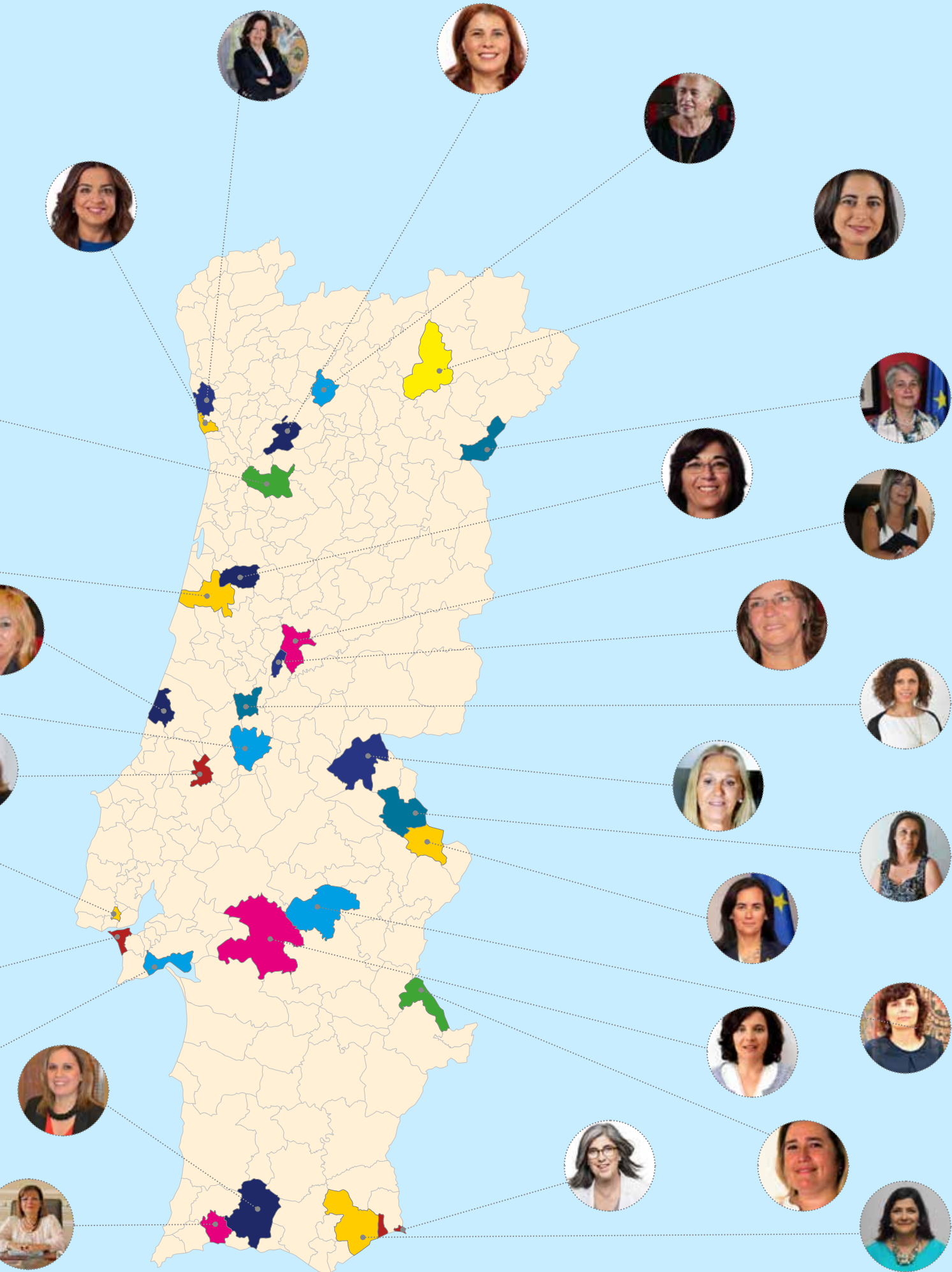
Já o Artigo 4.º da Carta Europeia da Autonomia Local salienta que "dentro dos limites da lei, as autarquias locais têm completa liberdade de iniciativa relativamente a qualquer questão que não seja excluída da sua competência ou atribuída a uma outra autoridade", mas também que "regra geral, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos" e "a atribuição de uma responsabilidade a uma outra autoridade deve ter em conta a amplitude e a natureza da tarefa e as exigências de eficácia e economia"... o que nos remete para descentralização e para a mais que provada eficiência resultante das decisões e dos investimentos numa ótica de proximidade. Também neste documento, pode ler-se que "as atribuições confiadas às autarquias locais devem ser normalmente plenas e exclusivas, não podendo ser postas em causa ou limitadas por qualquer autoridade central ou regional, a não ser nos termos da lei" e "em caso de delegação de poderes por uma autoridade central ou regional, as autarquias locais devem gozar, na medida do possível, de liberdade para adaptar o seu exercício às condições locais".

Por fim, define a Carta Europeia da Autonomia Local que "as autarquias locais devem ser consultadas, na medida do possível, em tempo útil e de modo adequado, durante o processo de planificação e decisão relativamente a todas as questões que diretamente lhes interessem"... é caso para dizer: faça-se cumprir"

Nesta edição, na antecâmara do 25 de abril, Dependências convidou as 31 mulheres presidentes de câmara do país a um exercício de paridade, dando voz à competência. São apenas 31 em 308, foi necessário impor uma lei que não privilegia propriamente a competência mas impõe pelo menos limites à obscenidade e ao monopólio de género, mas os resultados vão apontando para uma evolução positiva...

No feminino procurámos a diferença





“DEFENDER OS VALORES DEMOCRÁTICOS A LIBERDADE E A JUSTIÇA SOCIAL”



Celebrámos há poucos dias o 47.º aniversário do 25 de Abril, lembrando o quão importante é continuarmos a defender os valores democráticos, a liberdade e a justiça social.

Sem nos esquecermos que o direito de voto universal para as mulheres foi conseguido apenas nas primeiras eleições pós 25 de abril e que, nos

anos seguintes, se alcançaram mais mudanças, como o acesso à educação, à liberdade sexual, ao mercado de trabalho, a liberdade de expressão e, claro, a igualdade e não discriminação consagradas na Constituição de 1976, volvido quase meio século da Revolução dos Cravos é ainda imperioso uma maior participação na vida cívica e política, não só das mulheres, mas de toda a sociedade.

Nas últimas eleições autárquicas, realizadas em outubro de 2017, foram eleitas 32 mulheres para o cargo de Presidente de Câmara, num total de 308 autarquias. Atualmente são 31 as que encaram este cargo como uma missão de vida, procurando deixar uma marca nos seus territórios. Como Presidente de todos os amadorenses, cidade que me viu nascer e crescer, onde também cresci, não só profissionalmente, mas, também, ao nível pessoal, asseguro que ser autarca é, sem dúvida, um ato de cidadania, um ato pelo

qual damos, diariamente, um pouco mais de nós, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todos os que habitam ou trabalham no nosso município.

Por isso assumi a defesa da causa pública desde os meus tempos de juventude, sem nunca me ter sentido tratada de forma diferente por ser mulher, mas reconheço que esse é um preconceito ainda bastante presente na sociedade portuguesa.

Acredito que a participação ativa das mulheres na vida política vem tornar a atividade ainda mais enriquecedora. Acho que as mulheres vêm complementar o trabalho dos homens e vice-versa. Juntos formamos uma equipa mais coesa e este equilíbrio vai-nos permitir representar melhor a sociedade, que é composta tanto por homens como por mulheres, sendo a igualdade de oportunidades para homens e mulheres um princípio essencial da democracia.

“SOU FELIZ A SERVIR OS OUTROS”



O Desafio de Ser Mulher Presidente da Câmara Municipal é verdadeiramente interessante, diferente e mostra como se mudam os paradigmas num Portugal moderno, inovador, democrático e livre.

Ser Presidente de Câmara Municipal é por si só, em pleno século XXI, um desafio. Ser de um pequeno concelho, é uma agravante e mulher ainda mais complexo.

Mas como os desafios são algo motivante, é para mim cada vez mais apaixonante, poder ajudar as pessoas e a melhorar substancialmente a sua qualidade de vida, através de um exercício ativo de cidadania de proximidade junto das populações.

Castanheira de Pera é um território no centro de Portugal, com fantásticas potencialidades naturais, ambientais, culturais e igualmente pela localização geográfica e os apoios existentes como Pólo Industrial que se pretende recriar, pois já foi outrora uma referência nestes domínios.

Acreditamos que a democracia consolidada pratica-se nas decisões do quotidiano, com a liberdade e o respeito pelo próximo, que é bem diferente da libertinagem e a desordem, ou o “dividir para reinar”.

Sou feliz, apesar das angústias, das desilusões, das traições, dos entraves e das burocracias do sistema, a servir os outros. Os munícipes e os que nos visitam durante todo o ano, para conhecerem a Serra da Lousã, as nossas aldeias pitorescas e vila, as Praias Fluviais e claro a Praia das Rocas sabem que estamos a mudar e o caminho faz-se caminhando. Sabemos receber e bem e o nosso povo, sabe distinguir o “Trigo do Joio”.

Gostamos de mostrar que realmente somos o coração de Portugal, com emoção, valores e tradição.

Castanheira de Pera ergue-se todos os dias, com força de querer renascer e entrar no rumo certo, na senda do desenvolvimento harmonioso e sustentado que precisa e merece.

Ainda vale a pena lutar, por aquilo que acreditamos e fazer tudo com honestidade, verdade, transparência e pelas pessoas, que para mim estão mesmo primeiro lugar.

A IGUALDADE É A MARCA DE MATOSINHOS



A igualdade de género transformou-se num tema central na agenda política. Existe um processo em curso com o objetivo de combater os diferentes níveis de desigualdade existentes: oportunidades, salarial e comportamental. Esta responsabilidade governativa multinível partilhada no que diz respeito ao apoio (técnico e financeiro) no desenvolvimento de políticas públicas com o objetivo de melhorar a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino, mas também ao trabalho, designadamente promover o empreendedorismo feminino, harmonizar os direitos de paternidade e ter uma preocupação muito particular com a integração das comunidades imigrantes nos territórios tanto do ponto de vista da integração no mercado laboral, como no acesso à educação e saúde. Note-se que, em Matosinhos, realidade não muito diferente do que acontece em Portugal, em cada 100 pessoas sem escolaridade, 40 são homens e 60 são mulheres. Por outro lado, pelo contrário, são também sobretudo as mulheres que concluem o ensino superior. Em Matosinhos, em cada 100 pessoas com nível de escolaridade superior completa, 43 são homens e 57 são mulheres. O objetivo deve ser reforçar a taxa de emprego no feminino e garantir convergência na taxa de desemprego entre homens e mulheres, esbatendo as diferenças no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho. As respostas sociais para crianças e idosos também desempenham um papel fulcral na garantia de uma independência económica pois permitem a compatibilização entre a família e os desafios profissionais. Adicionalmente, as campanhas de sensibilização para a transparência dos contratos de trabalho no sentido de que para trabalho igual, a remuneração também deve ser igual, assumem importância reforçada pelo respeito que imprimem a quem trabalha, com repercussões na representação social do género. Por fim, a promoção da dignidade e integridade da condição humana, designadamente a proteção de vítimas de violência doméstica e de mutilação genital, mas também o combate às doenças específicas de cada sexo, constituem eixos de intervenção muito relevantes.

Na Câmara Municipal de Matosinhos, para além aproximadamente 25% dos funcionários apresentarem horário flexível, isenção de horário ou jornada contínua, o que facilita a conciliação entre a vida fami-

liar e a vida profissional; existem atividades durante as pausas letivas diminuindo os tempos em que as crianças ficam entregues a si. Desenvolveu-se o Plano Municipal para a Igualdade de Género, e nomeou-se a Conselheira para a Igualdades, que é a presidente da Assembleia Municipal, com a responsabilidade de garantir a aplicação da norma da conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal, um dos motivos que justificam parcialmente as diferenças entre homens e mulheres. Adicionalmente, a eleição de mulheres para os dois principais cargos políticos de Matosinhos (o órgão deliberativo também é liderado por uma mulher) dá visibilidade para a necessidade de quebrar a ideia de que as posições que implicam tomada de decisão estão destinadas apenas para homens. Nas escolas de Matosinhos, em parceria com a Secretaria de Estado para a Igualdade, temos levado a cabo inúmeros projetos que sensibilizam para a importância desta temática, nomeadamente o estímulo a que as mulheres sigam a sua vocação profissional em profissões historicamente destinadas a homens, como acontece, ainda nos dias de hoje, com algumas engenheiras. Mas também o seu contrário. Isto é, garantir que as profissões escolhidas pelos homens, sejam quais forem, também não são alvo de atitudes discriminatórias.

Durante a pandemia, o crime que mais cresceu foi mesmo a violência doméstica. Por diferentes motivos, a maioria das vítimas é do sexo feminino. Perante estes dados, para além das campanhas de sensibilização e de mecanismos de apoio psicológico e consultoria judicial à vítima, Matosinhos, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, construiu uma Casa Abrigo para vítimas de violência doméstica. Como um número significativo de casos de violência física e sexual acontece nas relações de proximidade, e cada vez em idade mais jovem, as Casas da Juventude fazem um trabalho de proximidade junto dos jovens através de campanhas de informação e formação para combater a violência no namoro e promover a saúde sexual e reprodutiva. Adicionalmente, porque a igualdade é uma bandeira essencial para nós, dispomos também de um gabinete de apoio à comunidade gay, bissexual e transexual. Muito em breve, também teremos uma habitação partilhada destinada a esta comunidade para dar resposta a vítimas de discriminação severa por parte da família. Temos uma visão muito alargada das questões da igualdade e assumo a igualdade de oportunidades como a grande marca que quero deixar em Matosinhos.



Sofia Silva 7 anos



Leonor Pereira 10 anos

Município **Ponta Delgada**

Presidente **Maria José Lemos Duarte**

“O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO É UMA DAS CONQUISTAS DO 25 DE ABRIL DE 1974”

A Revolução dos Cravos afirmou uma nova fase na autonomia do poder local, no caso da Região Autónoma dos Açores primeiro em relação ao Governo Civil e depois em relação aos órgãos de governo próprio, no que à promoção e à salvaguarda dos interesses das populações diz respeito.

Nestes 47 anos de avanços inegáveis na promoção de liberdades, de direitos e deveres civis e de exercício de cidadania, a mulher recusou o lugar a que estava reservada e que era redutor da sua existência e da sua capacidade. A mulher valorizou a sua identidade feminina e afirmou a sua exigência de uma representação sem fortes nem fracos, sem, mas nem ses, precisamente através da valorização da sua diferença também na vida pública e política.

A mulher chegou ao poder autárquico, mas ainda está sub-representada nas autarquias, sobretudo nos órgãos executivos, por comparação com os órgãos deliberativos, de acordo com os dados de 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, e não obstante a lei da paridade aplicada nas listas de candidaturas aos órgãos eletivos das autarquias locais.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada, em contraciclo, tem dado um bom exemplo para os Açores e para o País: pela primeira vez na sua história, a administração camarária está maioritariamente constituída por membros executivos do sexo feminino, três em cinco, incluindo a Presidência. Nas 22 atuais e principais chefias orgânicas dos serviços camarários verifica-se uma paridade perfeita: 11 homens e 11 mulheres.



A mulher está hoje em lugares e desempenha funções que pareciam exclusivas do homem porque foi atrás do conhecimento e da especialização das universidades. A mulher ainda tem que provar mais do que o homem que tem competência para chefiar ou liderar. Mas a mulher vai continuar a acrescentar ganhos aos que já conquistou com paciência e determinação.

O Poder Local Democrático, na prossecução dos ideais de Abril, só tem a beneficiar se for capaz e se se permitir a tirar ainda mais partido do papel da mulher na sociedade e do seu contributo ímpar para a governação, para a participação e para o desenvolvimento local.

Município **Marco de Canaveses**

Presidente **Cristina Vieira**

“É PRECISO MUDAR AS MENTALIDADES”

Num momento em que não só o mundo político, mas o mundo no geral, é dominado por homens, ser uma das poucas mulheres Presidentes de Câmara no nosso país representa um motivo de grande orgulho e responsabilidade.

Há uns anos era muito raro vermos mulheres com cargos de destaque na política e isso tem vindo a mudar, apesar de ainda estamos muito longe daquilo que poderíamos considerar um patamar de igualdade de género. Se olharmos aos números, em 308 municípios no nosso país, apenas cerca de 10% são presididos por mulheres. É um dos casos em que vemos que as diferenças entre homens e mulheres ainda é real, como é o caso das desigualdades salariais e de acesso a cargos de topo nas empresas, por exemplo.

Enquanto sociedade temos de lutar contra estas diferenças de tratamento entre homens e mulheres. A introdução de quotas, através da Lei da Paridade, foi um passo importante, mas é preciso uma mudança profunda de mentalidades. As mulheres têm sabido conquistar o seu espaço na política e noutros setores, e cada vez mais existe uma maior consciencialização para a importância dessa mudança de paradigma, mas não podemos desistir de lutar contra o preconceito que ainda subsiste.



Gostava que o meu exemplo, e o de todas as outras mulheres que estão na política, inspirasse outras mulheres para que elas mesmas possam ser as presidentes do futuro e fazer com que a representatividade feminina continue a aumentar.

“GENUINAMENTE O QUE NOS INTERESSA É O QUE PODEMOS FAZER PELAS NOSSAS POPULAÇÕES”



Três dos principais desígnios das autarquias portuguesas prendem-se com a habitação, a saúde e a educação. Começando pela habitação, que diagnóstico faz da situação?

Maria Adelaide Teixeira (MT) – Relativamente à habitação social, o município de Portalegre é detentor de cerca de 500 fogos, os quais não eram intervencionados há mais de três décadas. Nesse sentido, o município de Portalegre tem apostado na requalificação de todas essas habitações, oferecendo o que é necessário para que as pessoas possam usufruir de qualidade de vida e comodidade, de acordo com os nossos padrões atuais. Concorremos a um programa do 2020, no âmbito do apoio às comunidades desfavorecidas, e estamos a realizar intervenções profundas em todas as casas propriedade do município de habitação social. Evidentemente, esta questão não se esgota aqui e também nos preocupa o restante contexto habitacional, até porque existem inúmeros fogos espalhados pelo centro histórico e por outros pontos da cidade que se encontram degradados e, com o intuito de promover a fixação de jovens no concelho, criámos um programa do primeiro direito à habitação, em colaboração com o IHRU, no âmbito do qual prevemos reabilitar paulatinamente um conjunto enorme de habitações, não apenas de cariz social, mas igual-

mente a aquisição de outras habitações com esse objetivo de promover a fixação de pessoas. É nossa intenção renovar esta faceta da cidade, alterando completamente o paradigma habitacional em que nos encontrávamos. Esse é um ponto chave porque partimos do princípio de que, se as pessoas tiverem qualidade de vida, o que passa pela satisfação das condições básicas, terão obviamente uma autoestima mais elevada. E é isso que estamos a fazer, dando qualidade de vida às populações, começando exatamente pela habitação, não descurando obviamente a educação, fazendo também uma intervenção em todas as escolas, dando as condições ideais a quem lá estuda ou trabalha, quer em termos de espaço físico, quer através de um conjunto de projetos que, em paralelo, obriguem a desenvolver determinado tipo de capacidades e competências que incentivem estes jovens a serem cidadãos criativos e interventivos.

Quanto ao terceiro tópico, considera Portalegre um concelho saudável?

MT – No âmbito da saúde não temos obviamente competências diretas; temos uma Unidade Local de Saúde, no entanto, estamos obviamente atentos às questões da saúde, que nos preocupam sobremaneira, uma vez que estamos num território em que o nível etário é bastante elevado. O maior problema que sentimos nesta região é a falta de alguns especialistas e, nesse sentido, o município de Portalegre, em conjunto com a ULS, tem vindo a promover algumas intervenções, no sentido de levar alguma atividade física e lúdica junto das populações que visam uma vida saudável, algo que neste último ano foi muito condicionado pelo contexto de pandemia, mas também na tentativa de captar médicos especialistas. Para o efeito, o município cede à ULS casas mobiladas para que os médicos se possam fixar, a custo zero.

Pela proximidade, pela participação e pela cidadania, a autarquia é conhecida como o legítimo lugar da democracia... em que medida estará também este conceito relacionado com o conhecimento que as populações têm dos seus dirigentes locais?

MT – Sem dúvida alguma! Aliás, e agora que estamos a comemorar o 25 de abril, não temos dúvidas de que o poder local é aquele que está mais ligado à democracia e à liberdade, não só pela proximidade, mas igualmente pela intervenção realizada pelos autarcas, o que tem muito a ver também com essa postura próxima e com o conhecimento que têm sobre as suas populações. O poder local democrático tem, indubitavelmente, esse papel mobilizador, de garantir o acesso às condições essenciais e manter a dignidade humana. Repare que quem faz as intervenções a nível da habitação, da saúde, da educação ou de outros domínios de proximidade são realmente os autarcas.

A Presidente integra um leque ainda muito curto, de 10% de mulheres que presidem municípios. No caso concreto, é mulher, autarca e independente... juntando estes três elementos, torna-se mais difícil a gestão autárquica?

MT – Não... creio que a gestão autárquica nada tem a ver com o facto de ser-se mulher ou homem, mas antes com competência. Diria que isso, hoje em dia, nem se coloca neste território. O facto de ser independente tem a ver com uma forma de estar, é um paradigma que achamos ser o mais correto, independentemente de considerar que os partidos fazem falta, mas, genuinamente, somos os que estamos pelas populações locais, sem ambicionar qualquer outro tipo de expectativa em termos de percurso político. O nosso interesse é, de facto, contribuir para a melhoria e para o desenvolvimento económico das nossas regiões. E convém salientar que os autarcas, em particular num contexto de exceção como o que estamos a viver, substituem-se muitas vezes ao próprio estado central e as intervenções, desde a habitação social, reabilitação de escolas, melhoria dos espaços públicos, prestação de apoios às famílias, às micro e pequenas empresas, às instituições e IPSS, no combate à violência doméstica, são asseguradas por nós.

Refere que ser independente nada tem a ver com estar contra os partidos políticos... é mais um estado de alma e um dever de cidadania?

MT – Exatamente, é uma forma de estar, que está também plasmada na própria Constituição portuguesa e é também uma forma de estar na política. Diria que há mais política para além dos partidos e a prova disso é que existem independentes do norte a sul do país. Situamo-nos num paradigma diferente e, genuinamente, o que nos interessa é o que podemos fazer pelas nossas populações. Não quer dizer quer os partidos não o façam, mas há certamente outros meandros, obviamente legítimos, mas que a nós não nos interessam. Mas penso que os partidos são importantes e essenciais. Num mundo democrático, a pluralidade de ideias e de estar faz com que a democracia seja mais rica.

A AMAI - Associação Nacional de Movimentos Autárquicos Independentes – já tem uma representação significativa junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses... não seria tempo de esta última começar também a cumprir o desígnio da democracia participativa, ouvindo mais e dando mais força a este movimento?

MT – Obviamente! Porque, como saberá, não temos voz na ANMP nem fazemos parte de qualquer órgão, o que não me parece correto, até porque a ANMP é uma associação que representa os municípios portugueses, mas não representa os 308 porque há alguns que são independentes e que não fazem parte. Portanto, não poderá dizer-se que representa na totalidade os municípios portugueses.

Aproxima-se o Dia da Liberdade, que representa a igualdade em todos os sentidos, não descurando o género, e não poderia deixar de perguntar a uma mulher dirigente e independente que significado tem para si o 25 de abril, enquanto data que marca uma mudança de paradigma na vida dos portugueses?

MT – Foi obviamente extremamente importante e temos vindo a adquirir imensas melhorias em 47 anos de democracia. E começa exatamente por essas questões da igualdade, apesar de sabermos que ainda há um percurso muito grande a ser feito nesse sentido. Mesmo hoje, existem várias ONG e associações precisamente pelas

questões dos direitos das mulheres, mas não só... temos que pensar num universo maior. Mas houve muitas conquistas, ao nível do SNS, da educação, das próprias condições de vida... sem dúvida alguma que houve várias conquistas, mas, como disse, ainda há muito por conquistar. E refiro-me por exemplo à falta de equidade que se verifica entre regiões. Assistimos a um país a duas velocidades, em que o interior tem sofrido muito devido ao facto de os nossos governantes, muitas vezes, não pensarem nestas regiões como deveriam. Esperamos que não demore mais 47 anos e que, de facto, se construa uma sociedade baseada na participação e na responsabilidade e feita de cidadãos críticos e interventivos, uma sociedade em que as necessidades básicas sejam satisfeitas, que trabalhe para uma melhoria da qualidade de vida das nossas populações e que dinamize o desenvolvimento social e económico. Obviamente, as autarquias estarão sempre nesta terceira linha no que respeita ao desenvolvimento de políticas de proximidade.

Município Silves

Presidente Rosa Cristina Gonçalves da Palma

“OS NÍVEIS DE COMPETÊNCIA NÃO SE MEDEM PELO GÉNERO”



A participação das mulheres na vida social, cultural, política e económica é um desígnio de uma sociedade verdadeiramente democrática, evoluída e inclusiva, que se encontra distante dos patamares desejáveis, apesar dos progressos verificados nas últimas décadas.

A revolução do 25 de Abril de 1974, com a liquidação do regime fascista e a instauração da democracia e das liberdades, sobretudo, com a criação do Poder Local Democrático, criou condições favoráveis para o desenvolvimento sócio-económico do país, e a participação de um núme-

ro superior de mulheres nas várias esferas da sociedade e no exercício do poder político.

Pese os avanços verificados na atenuação das desigualdades de género, é preciso trazer mais mulheres para a condução dos destinos da economia e do país, em lugares de liderança, designadamente nas freguesias e nos municípios. No âmbito da sociedade é preciso esbater e eliminar as diferenças salariais entre homens e mulheres no desempenho das mesmas funções, bem como a discriminação no acesso a cargos de chefia.

O desafio da construção de uma sociedade democrática e justa faz-se do confronto de ideias, da intervenção livre, do exercício de uma cidadania informada e da confiança nas Instituições, sem olhar a géneros.

O papel do Poder Local na gestão e administração do território e das populações locais, está cada vez mais centrado e dependente do reforço da sua autonomia e de uma verdadeira descentralização de competências, acompanhada da necessária e justa transferência de meios e recursos, que não se deve confundir com a transferência de encargos da Administração Central

para o Poder Local, que, infelizmente, está na ordem do dia.

A capacidade e competência na liderança dos municípios não se liga diretamente à natureza do género, feminino ou masculino. Os níveis de competência não se medem pelo género. A questão central prende-se com a capacidade e inteligência de trabalhar em coletivo, motivando e mobilizando as organizações e os trabalhadores, conjugado com o engenho de intervir no plano operacional e estratégico, em todo o território, fazendo jus ao lema de “pensar global, agir local”.

Na liderança do que quer que seja é fundamental empenhamento sério e dedicação total. É fundamental trabalhar com base em princípios e valores, com seriedade e competência, com ideias e perspectivas claras. Na esfera do Poder Local Democrático é relevante o estabelecimento de relação de proximidade com a população e os diversos agentes sociais, promovendo o espírito e a prática da partilha e participação coletiva, a abertura e a transparência na gestão da coisa pública. É esta a nossa prática na liderança do Município de Silves, de Maioria CDU, desde 2014, que pessoalmente, me honra, sobremaneira.

“AS MULHERES TÊM CADA VEZ MAIS O SEU LUGAR NA POLÍTICA E PROVAM QUE O MERECEM”



Começando pela habitação, que diagnóstico de situação faz do município?

Ana Paula Martins (AM) – Em Tavira, temos um parque habitacional municipal com alguma dimensão, com cerca de 600 fogos de habitação social, que foram sendo construídos ao longo dos anos pós 25 de abril. Como é sabido, nos últimos anos, não houve apoios para empréstimos destinados à habitação social mas, desde o final de 2018, o governo português criou estratégias locais de habitação na sequência do primeiro direito e, nesse âmbito, já desenvolvemos a nossa própria estratégia, em que elencámos a necessidade da construção de mais de 150 fogos de habitação social, para além de habitação a custos controlados e reabilitação do parque habitacional existente. Essa estratégia foi aprovada pelos órgãos municipais e remetida para o IHRU, com quem conseguimos celebrar um acordo de colaboração, ao abrigo do qual poderemos obter até 15 milhões de euros, 9 dos quais sob participação financeira a fundo perdido e 6 a título de empréstimo. Apesar de já termos uma resposta que considero boa, para a dimensão do concelho, isto irá permitir-nos ampliá-la e qualifica-la significativamente, indo de encontro a alguma necessidade que ainda prevalece no domínio da habitação social. Também temos a necessidade de habitação a custos controlados porque, como é do conhecimento geral, o Algarve tem um preço por metro quadrado muito elevado nas novas construções, sendo que, no mercado de arrenda-

mento, os valores praticados são igualmente muito elevados. Portanto, também é necessário dar resposta, não só aos problemas sociais, mas também a esta necessidade de fixar jovens e de oferecer habitações a custos mais acessíveis.

Como avalia a intenção de o governo transferir para as autarquias competências nas áreas da saúde e da educação?

AM – A descentralização de competências baseia-se na constatação de que o investimento do dinheiro nas autarquias é sempre mais próximo e, como tal, potencialmente mais eficiente. Por outro lado, as competências que pretendem transferir há muito constituem preocupações municipais e esta proximidade que temos face às populações permite identificar melhor as necessidades, sejam elas sociais, de educação, de investimento ou outras. Mas também é importante que, para além das transferências que querem dar-nos, no limite em março de 2022, as câmaras tenham uma palavra a dizer em políticas que vêm muitas vezes diretamente da administração central, quer ao nível dos recursos pedagógicos, quer ao nível do número de profissionais de saúde ou de serviços de saúde de proximidade que são prestados às populações. A descentralização é importante, o que pretendem passar-nos faz sentido pela proximidade, mas também considero importante que as câmaras possam ter um papel mais ativo nestas definições e que os presidentes de câmara sejam ouvidos como parceiros que são, sempre na busca das melhores soluções.

Que dificuldades apontaria atualmente ao desempenho do exercício político por parte das mulheres?

AM – Efetivamente, esta é tradicionalmente uma área muito mais contemplada pelos homens... a determinada altura, quando surgiu a Lei da Paridade, apesar de considerar que não deve ser o género a definir uma posição numa lista mas sim a competência, também entendo que, se não houvesse lei, haveria hoje muito menos mulheres na política.

Relativamente à pandemia, afirmou que 2020 irá ficar na memória de todos... como foi viver este ano no município de Tavira?

AM – Antes de mais, devo esclarecer que ocupei o lugar de presidente devido à saída do anterior autarca, eleito, e que é atualmente secretário de estado da descentralização e da administração local. Passados menos de seis meses de ter assumido o cargo, chega-nos uma pandemia e, acima de tudo, um contexto de grande incerteza e de dúvidas. Quando tivemos o primeiro infetado, a sensação foi a de um grande balde de água fria... Depois, teve o outro lado: o tentarmos readaptar-nos à situação, reorganizar os serviços, o atendimento, o teletrabalho, a logística associada... e depois o cancelamento de praticamente todos os eventos, culturais, desportivos, entre outros, o primeiro confinamento geral. Em suma, trouxe-nos a necessidade de nos reinventarmos e essa foi sempre a luta. Sem perder o essencial, o nosso trabalho na área cultural e desportiva e nas associações que trabalham estas áreas, com a reconversão da programação através de eventos online, o foco nas problemáticas sociais e económicas das famílias e dos empresários e a conceção de apoios, as adaptações ao mercado municipal para a venda de produtos alimentares, os mercados não alimentares, as reaberturas de museus, bibliotecas, praias... foi um enorme desafio, um reinventar e uma busca contínua de soluções para continuarmos a funcionar, elegendo como principal foco de preocupação as pessoas, as famílias e os empresários. Tentar ajudar a economia local para se manter e preservar os postos de trabalho, apoiar as famílias mais necessitadas com bens alimentares e uma série de isenções... No caso particular do concelho de Tavira, formámos uma subcomissão de proteção civil, com a participação da Segurança Social, das forças de segurança, Cruz Vermelha, Câmara Municipal, saúde pública e bombeiros municipais, e reunimos semanalmente, articulando-nos em todas as estratégias que fomos implementando. Este trabalho em união, de parceria e de partilha e muito vocacionado para os resultados e tem sido muito importante, sempre em busca da proteção da nossa comunidade.

“ADORO SER MULHER E INTERPRETO AS DIFICULDADES E OS CONSTRANGIMENTOS DO MUNDO AUTÁRQUICO”

De acordo com o estudo “Furthering Female Leadership”, realizado pela Boyden Global Executive Search, 86% dos gestores na Europa do Sul consideram que é mais difícil às mulheres alcançarem cargos de liderança executiva. Esta é, entre as quatro regiões analisadas – países germânicos (63%), países nórdicos (75%), Reino Unido (38,2%) e Europa do Sul (86%) – a que apresenta uma perceção negativa mais elevada. Segundo a empresa de executive search, “a explicação reside numa cultura que ainda é vista como tradicional, apesar das mais-valias que podem ser retiradas de uma gestão mais inclusiva”.

A questão da participação feminina na força laboral é central no contexto atual e as sociedades do futuro serão, em parte, definidas pela forma como as mulheres se posicionarão no mercado de trabalho e em cargos de liderança.

Os dados mais recentes da Organização Internacional do Trabalho revelam, ainda, que, a nível global, apesar da melhoria verificada nos últimos anos, na maior parte dos países há menos mulheres a trabalhar do que homens. As diferenças variam de país para país, e é nos países mais desenvolvidos que as diferenças são menores. A diferença é ainda maior quando se fala de cargos executivos.

Para se destacarem as mulheres, tal como os homens, têm de estar visíveis. Simples!

E no contexto autárquico, experiência que partilho, o panorama e o paradigma persiste apesar de evoluirmos naturalmente para um número crescente de mulheres ativas politicamente e com vontade expressa de se dedicarem ao serviço público. A visibilidade de lideranças no feminino tem como pontos fortes, na minha opinião, as qualidades intrínsecas a condição de MULHER. A inteligência emocional, transversal, a todas as áreas de intervenção gestionária. A humanidade presente e subjacente ao papel que representa a mulher socialmente, de mãe, de mulher e de amiga. O rigor emergente por dedicação e educação e enquanto transmontana, uma resiliência inquestionável.

Não considero que o feminino tenha necessidade de se afirmar por presunção, necessidade ou por oposição ao masculino. A presença, a consolidação de cargos e funções terá que ser inquestionada por estar associada à criação de valor, à competência e ao profissionalismo. Adoro ser mulher e interpreto as dificuldades e os constrangimentos do mundo autárquico, onde na maioria das vezes, “estou só e isolada”, enquanto oportunidades simples e casuísticas de afirmar o meu saber, diferente sociologicamente, mas complementar em perspetiva e auxiliar nas tomadas de decisão, seja por sentido seja por convicção. Não me embaraço facilmente quando vislumbro, em Homens, a competência técnica, a experiência e uma visão diferente, antes, porém, a estudo, analiso e naturalmente, aproveito para consolidar opiniões, intenções e objetivos.

O governo local, visto no feminino, apenas me parece mais sensível e acuti-lante numa lógica de política de proximidade. A fragilidade, ponto de vista de muitos, que poderemos evidenciar na candura dum sorriso ou de uma expressão, por ser autêntico, afirma-se como alta política, humana, altruísta e



dirigida, como alias, sempre a vi! Os mal-intencionados, oportunistas e populistas sempre a identificarão como débil e maternalista.

Numa outra perspetiva, que se projeta numa sociedade mais fechada onde a MULHER, sempre esteve resignada à família, prevalente em valores e educação, é confortável a primazia, a deferência e atitude, sempre que leal, honesta e pura porquanto renego qualquer forma de diminuir a condição humana quer para com Homens quer para com Mulheres.

As consecutivas e recorrentes atmosferas de gestão autárquica, experimentadas, nos três anos de Presidente de Câmara, não encerram, na minha memória e consciente, qualquer conclusão de incapacidade, impreparação ou dificuldade subjacente à minha condição de mulher, eventualmente porque a não observo ou porque a desconsidero e assumo enquanto mais um obstáculo a vencer tal como tantos outros.

A invisibilidade intencional, tantas vezes presente nas lideranças no feminino não são o caminho da mesma forma que a ostensividade bacoca e fútil é prejudicial ao normal exercício de qualquer cargo, considero por isso, que o regular padrão de comportamento social da mulher, impondo o estilo de liderança ao público alvo que dirige da forma mais autêntica e adequada, será sempre o fator crítico de sucesso.

A pluralidade assente em primados de sexo, raça, multiculturalidade, é determinante nos dias de hoje e desta fusão de modos e formas de ser e de estar conseguir-se-á desenvolver uma equipa de gestão mais diversa não sendo apenas uma opção na economia competitiva global, mas o desígnio das instituições sejam eles quais forem.

Considerando, a título de balanço, o tempo, o privilégio, a sorte, em ser Mulher e Autarca, apenas sustento que as dificuldades são as adequadas, as vicissitudes, normais e o tempo, esse, de enorme conforto e de aprendizagem. Estou mais mulher e mais feminina porque enfrento a vida profissional com moralidade e humildade sem reajustes nem desvios por imposição social ou exigência moral.

“A LIDERANÇA NO FEMININO AINDA ENCONTRA ALGUMAS BARREIRAS”



Não deveria ser necessário lembrar que a sub-representação das mulheres na vida política constitui-se como um grave problema democrático, que as mulheres representam mais de metade da população pelo que encarar esta

questão no âmbito da política para as minorias, para além de absurdo, é revelador dos progressos que temos ainda a fazer no caminho da justa representação.

Nas últimas eleições autárquicas, apenas 32 municípios viram a sua presidência ser assumida por uma mulher, representando cerca de 10% do total de municípios portugueses. A este facto acresce ainda que, no conjunto dos atos eleitorais em democracia, foram apenas eleitas 69 mulheres para a liderança de municípios.

Em Almada, nos vereadores com pelouro, existe uma paridade total, sendo 3 vereadoras (entre as quais a Presidente) eleitas pelo PS, 1 vereador eleito também pelo PS e 2 vereadores eleitos pelo PSD.

Mais do que tentar justificar a importância das mulheres na liderança de um município, por qualquer qualidade que lhe seja inerente, importa colocar a questão como ela na realidade é: o nosso panorama político, a nível nacional

e autárquico, não é representativo da realidade social do país. E isso é um grave problema para a própria democracia.

Infelizmente, a liderança no feminino ainda encontra algumas barreiras, tanto no nível autárquico, como no nível nacional e internacional. Às mulheres ainda se exige o dobro do que é normalmente exigido a um cargo de liderança. Eficácia a dobrar e que responde aos preconceitos da feminilidade. Para além de ainda sermos consideradas os pilares da família, sem que a organização do trabalho esteja pensada de modo a conciliar a vida profissional e a vida familiar.

Faço minhas as palavras de Ursula Von der Leyen face ao incidente diplomático na Turquia, “como política, posso falar a qualquer momento e fazer minha voz ser ouvida. Mas e quanto aos milhões de mulheres que não conseguem? Mulheres que se ofendem todos os dias em todo o planeta, mas que não conseguem defender-se. Temos que lutar por elas”.



PORTUGAL MAIS IGUAL

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA
A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO
2018 - 2030

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual, assenta numa visão estratégica para o futuro sustentável de Portugal, enquanto país que realiza efetivamente os direitos humanos, assente no compromisso coletivo de todos os setores na definição das medidas a adotar e das ações a implementar. Esta abordagem integrada potencia a colaboração e coordenação de esforços, valorizando uma visão comum que simultaneamente tenha um efeito mais estruturante e sustentável no futuro que se pretende construir. A ENIND marca um novo ciclo programático que se inicia em 2018, alinhado temporal e substantivamente com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Apoiar-se em três Planos de Ação em matéria de não discriminação em razão do sexo e de igualdade entre mulheres e homens (IMH), de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (VMVD), e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (OIEC). Na concretização desta visão, a ENIND assume como central a eliminação dos estereótipos de género enquanto fatores que estão na origem das discriminações diretas e indiretas em razão do sexo que impedem a igualdade substantiva que deve ser garantida às mulheres e aos homens, reforçando e perpetuando modelos de discriminação históricos e estruturais.

“SOMOS PELO MENOS RECONHECIDOS PELAS PESSOAS E ISSO É O MAIS IMPORTANTE”



Preside uma junta de freguesia cujo território é maior do que o de 181 municípios portugueses... Naquele que é o órgão de maior proximidade com a população, como define a tarefa de ter que resolver os problemas da freguesia com tanta escassez de poder e recursos?

Fábio Sousa (FS) – É um desafio gigante... uma vez que as juntas de freguesia são, neste momento, o órgão mais próximo das Pessoas, sentimos sempre uma grande frustração quando não conseguimos corresponder às expectativas e necessidades da população. Portanto, é um desafio enorme e diário tentar corresponder a mil e um assuntos com recursos reduzidos e com muitas competências.

Enquanto presidente integrou na sua equipa quatro mulheres, constituindo-se assim a Junta de Freguesia de Carnide um caso raro de em-

poderamento feminino no seio do poder local nacional... é uma estratégia de intervenção?

FS – Sim, acaba também por ser. As mulheres que compõem o Executivo da Junta de Freguesia são muito importantes no trabalho de proximidade que aqui tentamos desenvolver, colocando em marcha uma série de projetos, iniciativas e dinâmicas. É para mim um privilégio enorme poder trabalhar com quatro mulheres, sobretudo por revelarem esta capacidade de “fazer acontecer”.

Apesar de 88% dos portugueses considerarem os autarcas de freguesia os políticos mais credíveis e transparentes, as juntas continuam a não ser reconhecidas enquanto órgão de soberania...

FS – Somos, pelo menos, reconhecidos pelas pessoas e isso é o mais importante. Os presidentes, os executivos e a própria assembleia de freguesia desempenham um papel muito importante em prol das populações e temos este recente e gigantesco problema gerado pela pandemia, em que as freguesias se redobram em projetos, iniciativas e dinâmicas para conseguirem ajudar as pessoas num momento tão delicado das suas vidas. Temos procurado dar as melhores condições possíveis às pessoas, temos lutado para que os serviços sejam reforçados e em todo este momento dissemos presente, desde os meninos que não tinham computadores para terem aulas online, até aos idosos que tinham ficado sem médico de família, passando pelas pessoas que tinham dificuldades em aceder à linha Saúde 24, criámos soluções, facilitámos o acesso e tentámos tranquilizar as pessoas. Sabendo que não resolvemos tudo, demos pelo menos um grande contributo para ficarmos mais próximos de vencer esta pandemia. Sinto que as pessoas nos reconhecem de facto como uma instituição e organização que quer estar próxima e dar o seu melhor todos os dias e isso é o mais importante.

Sendo certo que existe uma grande diferença entre os autarcas de freguesia e os demais políticos – o trabalho do presidente de junta é vulgarmente comentado na praça pública que é a

própria freguesia – pergunto-lhe se a democracia se esgotará no ato do voto...

FS – Não, de todo! A participação das pessoas e a democracia deve ser promovida a todo o momento e nunca apenas de quatro em quatro anos. Mesmo nas juntas de freguesia há e deve haver essa capacidade de as pessoas poderem participar pelo menos uma vez por ano nas decisões inerentes ao orçamento da junta e ao plano de atividades do ano que se avizinha. Aqui, procuramos garantir e promover essa mesma participação! Se estiver prevista ou houver uma alteração significativa na rua ou no bairro daquela pessoa, ela terá pelo menos a oportunidade de se expressar, de dar a sua opinião.

O que levou um jovem a interessar-se pela política e a dedicar-se à vida pública?

FS – Acabou por ser um desafio enorme da equipa que já cá estava na junta, durante um mandato e um trabalho ímpar da CDU. Num momento em que estamos a colocar em marcha os Censos 2021, recordo que já era um jovem participativo na vida da comunidade há dez anos atrás, quando fiz parte da equipa de recenseadores da freguesia, era bombeiro voluntário e fazia voluntariado numa associação local. E creio que foi um pouco por aí: preocupação com a comunidade e consciência cívica e, posteriormente, surgiu um convite para que integrasse a equipa da junta de freguesia e que continuasse a dar o meu melhor.

Sendo um jovem, não viveu o 25 de abril... o que faltará hoje para que os jovens percebam os valores inerentes à revolução e que são também símbolos das juntas de freguesia?

FS – Faltará ouvirmos um conjunto de histórias dos nossos avós e pais, que nos contam como era a vida sem liberdade, sem democracia e sem a participação das pessoas. Faltará ouvir e perceber quão privilegiados somos por vivermos em tempos completamente diferentes daqueles.

Estarão os jovens desencantados e divorciados da política?

FS – Sim, creio que há um conjunto de jovens que não acreditam na política. De forma contí-

nua, ouvimos e somos confrontados com um conjunto de notícias, que são reais, sobre políticos que não o são verdadeiramente, que nada têm de trabalho pela causa pública e dedicação e, portanto, quando um jovem sente que as pessoas vão para a política não para servir, mas para se servirem é perfeitamente natural que haja um grande descrédito.

O que poderá fazer-se para reverter esta situação?

FS – Será sempre muito importante que os jovens tenham referências positivas de autarcas, de políticos e de pessoas que vivem a política de outra forma, como uma missão diária, como uma causa e uma luta incessante por mais e melhores condições de vida para todos...

Não estará no momento de chamar mais poder e competências à democracia participativa, contrariando simultaneamente a dependência das juntas de freguesia relativamente ao poder central e às câmaras municipais?

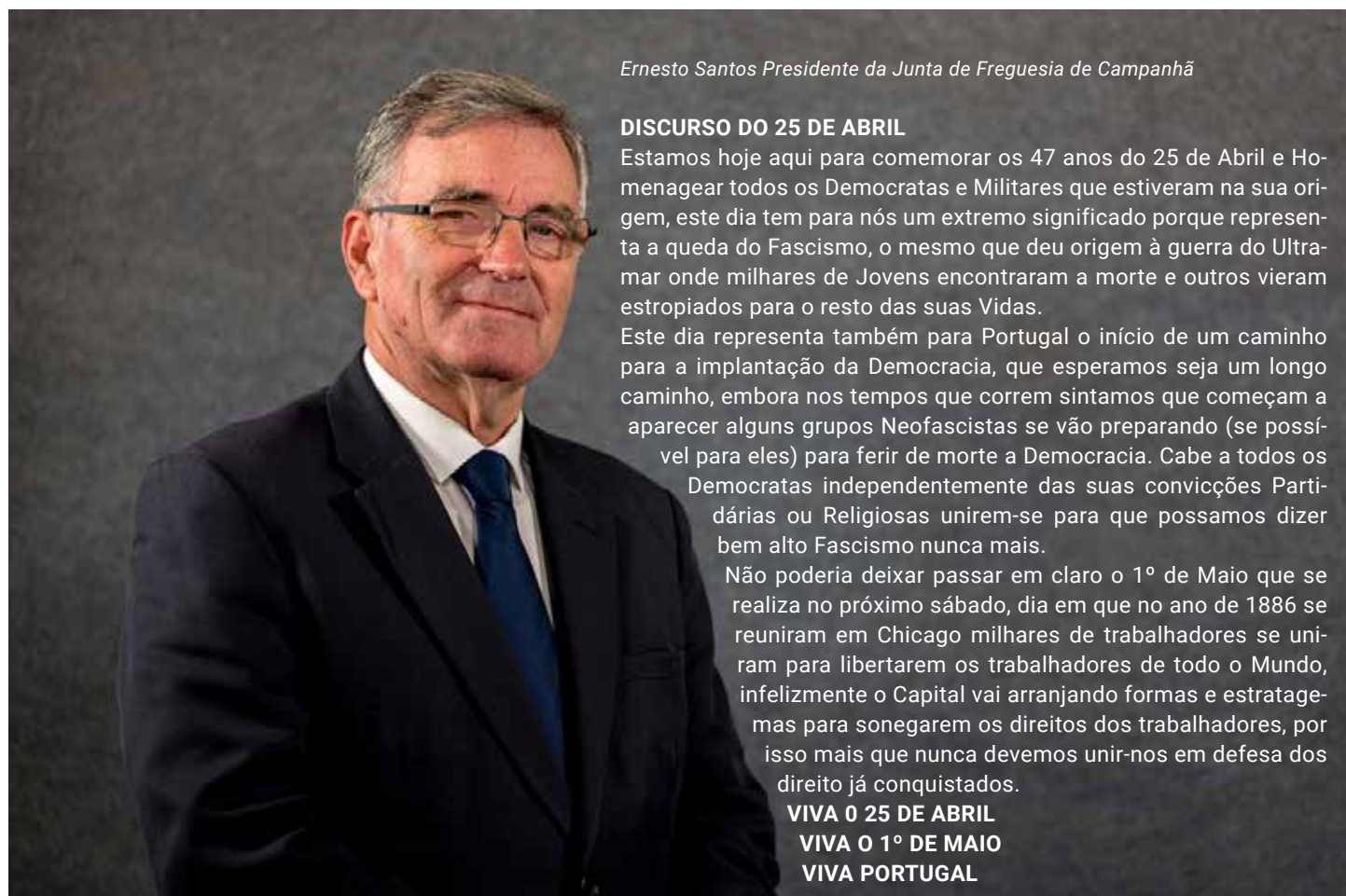
FS – Sim, é importante, desde que as competências e o poder sejam efetivamente acompanhados por um reforço de meios financeiros, humanos e materiais. Faz todo o sentido que quem está mais próximo tenha a capacidade de atuar. É preciso ter meios, permitir uma negociação justa e correta com as fre-



guesias e reforçar convenientemente as estruturas das juntas de freguesia. Mas as freguesias também não podem, a determinada altura, ser completamente asfixiadas com um número exagerado de competências, porque é muito importante que as equipas das juntas continuem a ter tempo para a proximidade, para conhecer as pessoas pelo nome e não apenas por números, para ter tempo de visitar, acompanhar e conversar com as pessoas.

O que distingue Carnide das demais freguesias do concelho de Lisboa?

FS – Carnide é, na minha opinião, uma freguesia ímpar... é uma freguesia com uma dinâmica gigante, onde as pessoas são muito especiais, onde a sua participação é acarinhada e incentivada. É um enorme privilégio para mim poder servir Carnide.



Ernesto Santos Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã

DISCURSO DO 25 DE ABRIL

Estamos hoje aqui para comemorar os 47 anos do 25 de Abril e homenagear todos os Democratas e Militares que estiveram na sua origem, este dia tem para nós um extremo significado porque representa a queda do Fascismo, o mesmo que deu origem à guerra do Ultramar onde milhares de Jovens encontraram a morte e outros vieram estropeados para o resto das suas Vidas.

Este dia representa também para Portugal o início de um caminho para a implantação da Democracia, que esperamos seja um longo caminho, embora nos tempos que correm sintamos que começam a aparecer alguns grupos Neofascistas se vão preparando (se possível para eles) para ferir de morte a Democracia. Cabe a todos os Democratas independentemente das suas convicções Partidárias ou Religiosas unirem-se para que possamos dizer bem alto Fascismo nunca mais.

Não poderia deixar passar em claro o 1º de Maio que se realiza no próximo sábado, dia em que no ano de 1886 se reuniram em Chicago milhares de trabalhadores se uniram para libertarem os trabalhadores de todo o Mundo, infelizmente o Capital vai arrançando formas e estratégias para sonegarem os direitos dos trabalhadores, por isso mais que nunca devemos unir-nos em defesa dos direitos já conquistados.

**VIVA O 25 DE ABRIL
VIVA O 1º DE MAIO
VIVA PORTUGAL**

“TALVEZ HOJE NINGUÉM SE GABE DE CONDUZIR EMBRIAGADO MAS MUITOS ENALTECEM O FACTO DE CHEGAREM DE LISBOA AO ALGARVE EM MENOS DE DUAS HORAS...”



Mário Alves

O que é, em concreto, a Estrada Viva?

Mário Alves (MA) – A Estrada Viva é uma liga de associações pela Cidadania Rodoviária, Mobilidade Segura e Sustentável, que tem vários associados ligados à questão da da segurança rodoviária e mobilidade sustentável, nomeadamente a GARE – Associação para a promoção de uma Cultura de Segurança Rodoviária, a Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, a Associação para a Promoção da Segurança Infantil, a Federação Portuguesa de Ciclismo, a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas e a MUBI – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta. Todas estas instituições desempenham um trabalho ligeiramente diferente, em várias áreas, mas com um fim comum, que consiste em começar um diálogo sobre a redução do risco rodoviário de uma forma algo diferente do que tem sido feito ao longo das últimas décadas. A segurança rodoviária clássica foi uma ciência e técnica, criada nos anos 50, nos EUA e outros países, durante o paradigma automóvel. Nós preferimos designar tudo isto como redução do risco rodoviário porque centra o debate em questões mais vastas do que somente evitar o número de feridos e de mortes e introduz novos elementos no debate, como as questões ambientais, de cidadania, da autonomia das crianças, etc...

... E por que surge esta iniciativa?

MA – A Estrada Viva já existia de forma informal há cerca de 15 anos, para comemorar o Dia Mundial das Vítimas da Estrada. Basicamente, era uma rede informal que congregava muitas associações e, há cinco anos, decidimos formalizar essa rede. Mantemos essa tradição de comemorar o Dia Mundial das Vítimas da Estrada, mas começámos a trabalhar outros assuntos, nomeadamente a formação, em que temos uma oferta dirigida à comunidade escolar, nomeadamente a professores, com cursos creditados, mas também temos cursos para cidadãos em geral, com o intuito de transmitirmos o que significa o conceito da mobilidade sustentável e a sua relação com a redução do risco rodoviário.

Referiu a questão da formação e, quando falamos em habilitação para conduzir, as únicas entidades de formação que o país possui são as escolas de condução...

MA – Essa é uma questão importante e creio que teremos que repensar não só o modelo da escola de condução, mas também o Código da Estrada. Este último teve uma grande revisão em 2014, introduzindo um conceito pelo qual lutávamos há muitos anos, o dos “utilizadores vulneráveis” e, a partir daí, temos de perceber que a questão da segurança rodoviária ou da redução do risco rodoviário, deve estar focada na fonte do risco, que se traduz na operação de uma máquina com mais de uma tonelada e capaz de praticar velocidades excessivas (o automóvel). É importante perceber que a fonte do risco rodoviário é essa e não os peões ou os ciclistas. Até porque sabemos que não existem peões que matam outros utilizadores do espaço público, são as vítimas. E esta ideia dos utilizadores vulneráveis é muito importante, mas teremos que os começar a considerá-los utilizadores desejáveis. No entanto, a educação da condução ainda permanece no paradigma anterior e terá que ser alvo de uma grande revisão, começando a introduzir elementos de cidadania, do respeito pelos mais vulneráveis, questões ambientais, o uso mais regado do automóvel, a velocidade, o álcool... Há questões que permanecem, apesar de algumas evoluções e, se pensarmos bem, talvez hoje ninguém se gabe de conduzir embriagado mas muitos enaltecem o facto de chegarem de Lisboa ao Algarve em menos de duas horas...

Sabemos que muitos jovens anseiam atingir a maioria para poder começar a tirar a carta de condução... mas não deveria também a escola preparar as nossas crianças e jovens antes de os mesmos serem sujeitos a uma breve aprendizagem e a provas teóricas e práticas numa escola de condução?

MA – Concorde, se bem que as gerações mais jovens urbanas de alguns países, entre as quais incluo a portuguesa, estão a dar menos importância ao automóvel, porque começam a perceber as dificuldades inerentes ao estacionamento, aos custos associados, congestionamento, etc. Mas também é verdade que, nas periferias das cidades ou nas zonas mais rurais, o automóvel ainda é um importante elemento de autonomia e, como tal, há uma grande tendência para os jovens tirarem imediatamente a carta e os próprios pais incluem esse projeto como uma parte da

estrada Viva

educação dos filhos. Daí que as nossas associações tenham vindo a trabalhar em particular a questão da educação para a cidadania, nomeadamente com as escolas, onde pretendemos introduzir o conceito da cidadania rodoviária, que vai muito além da mera transmissão das regras, que muitas vezes cumprimos mas, noutras, fechamos os olhos... enquanto não percebermos por que existem as regras, enquanto não percebermos que existem utilizadores vulneráveis e a responsabilidade de manobrar uma máquina potencialmente letal, as regras de pouco poderão servir... Por outro lado, temos a questão do desenho do espaço urbano, que urge repensar...

Do que estamos a falar em concreto quando refletimos sobre a questão da mobilidade sustentável?

MA – O conceito de sustentabilidade foi criado há cerca de quatro décadas e assenta na ideia que todas as atividades humanas são consumos que têm impactos, tanto em nós próprios como nos outros. Em suma, a mobilidade sustentável é uma forma de nos deslocarmos de maneira a minimizarmos os impactos que estamos a impor nos outros. E aí vem sempre aquela regra fundamental, que a nossa liberdade tem como limite a liberdade dos outros. A mobilidade sustentável não é anti automóvel mas também nos deve fazer refletir sobre determinados limites... poderá ser aceitável ir visitar a avó de carro à província, mas não parece aceitável ir entregar algo de jipe a uma zona histórica... Na mobilidade sustentável, há limites que temos que perceber, que não são fixos mas que têm que obedecer a certas regras e que obedecem essencialmente à responsabilidade individual, mas essencialmente políticas públicas a pensar nos impactos que uns possam ter nos outros e nas gerações futuras.

Poderíamos situar este figurino como no xadrez, em que os peões são os primeiros a serem derrubados?

MA – Sim, infelizmente é assim em muitas atividades humanas, o que não deveria acontecer, até porque somos uma sociedade civilizada. Tal como na cadeia alimentar ou na selva, há uma espécie de hierarquia. O problema é que isto não deveria funcionar como na selva. Recordo que até na comunidade marinha, existem regras muito interessantes, em que os mais vulneráveis têm prioridades que os maiores não têm, ou seja, os barcos à vela têm prioridade sobre os navios... Há uma carta dos direitos dos peões, escrita pela ACA-M e pela APSI que é das mais interessantes e bem escritas que conheço e que refere duas características importantes a propósito dos peões: a sua vulnerabilidade e a universalidade. É importante assinalar que não podemos generalizar sobre os peões. Há os que têm três anos de idade, há os que sofrem de Alzheimer, há os que têm oitenta anos de idade, os que têm doenças mentais ou pessoas com deficiência e, portanto, temos que perspetivar e priorizar a questão pedonal. Já Gandhi dizia que o nível de civilização de uma sociedade mede-se pela forma como protege os seus elementos mais vulneráveis e, nesse aspeto, podemos medir a força da nossa democracia e da nossa civilização pelas leis e pela preocupação que as nossas instituições têm pelos

peões. Neste momento, há que refletir sobre inúmeros instrumentos, como o nosso Código Civil, que precisa de ser melhorado. Por exemplo, a questão da Responsabilidade pelo -Risco é também algo pelo qual a Estrada Vida tem lutado nos últimos anos.

Num ato que devemos considerar de cidadania, dedica uma parte significativa do seu tempo a uma causa pública... sente alguma frustração quando as suas reivindicações não encontram eco nas decisões políticas?

MA – A frustração faz parte da vida e acaba por resultar numa espécie de combustível que nos faz continuar a caminhar. Não é isso que deve cansar-nos ou enfraquecer-nos, mas antes constituir um motivo para trabalharmos mais. Nesse aspeto, apesar de ser sempre mais lento do que desejamos, se olharmos para as últimas décadas, observamos bastantes progressos. Recordo que, quando voltei do estrangeiro, era considerado uma espécie de maluquinho dos peões e das bicicletas mas, entretanto, o discurso foi entrando, devagar, no discurso político, e hoje é quase unânime que temos de criar condições de segurança a este nível. A sociedade civil é extremamente importante para atuar e a democracia não é algo que se faz apenas de quatro em quatro anos. É um esforço constante de escrever, participar, ir à assembleia municipal, elogiar, criticar, construir... A partir daí, as instituições, que não são estanques, mudam e procuram melhorar a realidade. A qualidade do serviço público depende do público e se este souber exigir acaba por contribuir para a melhoria, de uma forma mais decisiva do que potenciais forças internas de resistência.

O que faltará fazer para reduzir os acidentes nas estradas portuguesas?

MA – De forma sintética, algumas pistas são importantes: urge que as nossas instituições estejam mais abertas e mais transparentes em relação à participação pública, ouvindo e auscultando mais os cidadãos para se diagnosticar os problemas e procurar soluções. Na medida em que é necessária alguma coação pela lei, é importante que os cidadãos estejam alertas para a natureza do problema e para a perceção do mesmo. Por outro lado, destacaria a questão da velocidade, que catalogaria como cultural e com uma tradição de várias décadas, que terá que ser compreendida e reduzida consideravelmente, principalmente em meios urbanos, onde a evidência e algumas práticas bem-sucedidas apontam para a necessidade de um limite de 30km/h, eventualmente com algumas exceções definidas para algumas avenidas ou grandes circulares. Outra questão tem a ver com a cidadania e o respeito pelo outro, que urge trabalhar com as crianças nas escolas, não tanto naquela ideia antiquada de ensinar as crianças a atravessar a rua, mas a serem politicamente ativas, de maneira a exigirem que haja respeito pela sua vida e direitos. Desde logo à porta da sua escola e que elas e os pais percebam a importância da autonomia e de poderem experimentar o risco gradualmente, primeiro na sua rua, depois no seu bairro e, finalmente, conquistarem a cidade. Isso não é permitido hoje em dia às crianças, cuja maioria está fechada em casa. Por alguma razão Portugal terá das taxas de obesidade mais altas da Europa, ao que acresce o facto de a autonomia ser também muito importante para a saúde mental das crianças.

COMPULSÃO ALIMENTAR: UMA LIÇÃO APRENDIDA COM AS DROGAS DE ABUSO

Evidências empíricas e experimentais mostram que certos indivíduos podem desenvolver padrões inadequados de “comportamentos de consumo”, incluindo o consumo/ ingestão de alimentos. De facto, a decisão de comer não é influenciada apenas pelas necessidades homeostáticas que derivam da diferença entre as calorias ingeridas e as calorias gastas, mas também por fatores não homeostáticos, como a elevada palatabilidade dos alimentos, os denominados fatores hedônicos. Neste sentido, alimentos saborosos são facilmente consumidos em excesso, devido aos seus efeitos recompensadores intrínsecos, apesar das consequências para a saúde. Uma experiência alimentar gratificante contribui para a motivação para repetir a experiência e, em certas circunstâncias ou em indivíduos vulneráveis, resulta no desenvolvimento da perda de controle sobre a ingestão alimentar. Por

outro lado, este tipo de padrão alimentar enquadra-se também no conceito de fome emocional, um tipo de fome que não decorre destes sinais hedônicos mas, pelo contrário, está relacionada com fatores psicológicos, que podem constituir uma estratégia de compensação de emoções negativas.

Este padrão mal-adaptativo geral de consumo excessivo de alimentos assemelha-se, em certos aspetos, ao praticado por indivíduos que usam drogas de abuso. De facto, vários estudos sugerem semelhanças entre a compulsão alimentar e a dependência de drogas, sendo o reforço de recompensas, a motivação e os agentes ambientais, entre outros, factores de risco comuns, observados tanto no consumo como na probabilidade de recaída de ambos comportamentos.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-5 (American Psychiatric Association [APA]), os transtornos alimentares são caracterizados por um distúrbio persistente da alimentação ou do comportamento relacionado com a alimentação, resultando no consumo alterado de alimentos, que prejudica significativamente a saúde física, a função psicossocial e as emoções. Indivíduos que sofrem de transtornos alimentares geralmente também se preocupam excessivamente com a imagem corporal e o peso. Os transtornos alimentares afetam pelo menos 9% da população mundial, com elevada prevalência nas mulheres entre 12 e 35 anos, e estão associados a uma ampla gama de consequências adversas psicológicas, físicas e sociais. Embora estudos anteriores tenham descrito as causas dos transtornos alimentares como principalmente ambientais e socioculturais, evidências recentes indicam também um aspeto genético/hereditário prevalente. Neste contexto, os mecanismos epigenéticos que levam à altera-



Samantha Mancino, PhD Molecular and Behavioural Neuroscience

ção da expressão génica em resposta a fatores ambientais também parecem estar implicados.

Os transtornos alimentares são difíceis de tratar, verificando-se muitas remissões e recorrências e, atualmente, o tratamento consiste principalmente na terapia cognitivo-comportamental uma vez que a farmacoterapia ainda é um desafio.

Diferentes tipos de transtornos alimentares foram relatados e atualizados na última versão do DMS-5. Bulimia nervosa e anorexia nervosa são as formas específicas mais comuns de transtornos alimentares. Também pela primeira vez, o DSM-5 inclui o transtorno da compulsão alimentar periódica (binge eating) como um transtorno totalmente reconhecido e diagnosticável. Outros transtornos alimentares atípicos, que não se enquadraram totalmente nas categorias anteriores, são designados no geral

como “alimentação específica ou transtorno alimentar”.

De acordo com o DSM-5, os sintomas/comportamentos dos transtornos alimentares assemelham-se àqueles tipicamente encontrados em indivíduos com transtornos por uso de substâncias - drogas. Essas semelhanças podem refletir a participação de sistemas neurais semelhantes, incluindo aqueles envolvidos na regulação do controle e na recompensa. De fato, a evidência empírica sugere que ambos os padrões alterados de consumo partilham características neurobiológicas salientes.

Alguns destes padrões patológicos de consumo de alimentos, têm esta semelhança mais notável com os transtornos por uso de substâncias, e estão associados a um risco acrescido de complicações de comorbidade e recaídas.

As semelhanças existentes entre a alimentação compulsiva e as drogas de abuso, tais como as alterações comportamentais, o descontrole e a motivação excessiva para o reforço, sugerem que o consumo compulsivo de alimentos pode ser designado como um transtorno mental aditivo. Nesta visão, a “compulsão alimentar” é definida como uma síndrome alimentar impulsiva repetitiva acompanhada de forte desejo e extrema dificuldade em se abster de alimentos saborosos, o que leva a um elevado risco de recaída. A ideia de que uma pessoa pode ser “dependente de comida” obteve recentemente mais aprovação e pode desempenhar um papel importante na epidemia de obesidade. No entanto, pessoas com peso normal expostas a alimentos ricos em gordura e calorias também podem ser vulneráveis a “compulsão alimentar”, sugerindo que há uma variação considerável na capacidade de resposta a ambientes alimentares “não saudáveis”. De facto, a disponibilidade de

comida saborosa é um fator ambiental crucial que promove a alimentação excessiva. Esta observação enfatiza a importância de evitar o simples uso do peso corporal como um indicador geral do consumo excessivo, compulsivo ou não, de comida.

Atualmente, discute-se se estes padrões específicos de consumo de alimentos devem ou não ser vistos como processos aditivos.

Na realidade, vários modelos rejeitam o conceito de “compulsão/dependência alimentar”, sublinhando o facto de que a comida é essencial para a sobrevivência e de que é normal comer repetidamente e ansiar por comer por prazer. Estas teorias também destacam a questão de que a alimentação depende de diferentes fatores periféricos e centrais, enquanto dependência química (ou de drogas) depende apenas de fatores centrais. Neste contexto, o termo “alimentação não homeostática” refere-se a comer por prazer, ao contrário de “alimentação homeostática”, onde a ingestão de alimentos se limita a satisfazer as necessidades biológicas. No entanto, os circuitos neurais homeostáticos e hedônicos estão intimamente interligados e ambos determinam o comportamento alimentar. O controle da ingestão alimentar e do metabolismo energético é, portanto, um processo complexo que depende da capacidade do cérebro de receber e integrar uma ampla gama de sinais externos e internos para produzir respostas adequadas em termos de ingestão alimentar, gasto de energia e atividade metabólica.

Por outro lado, outros modelos apoiam a existência da “compulsão / dependência alimentar”, destacando o papel fundamental que tem um dos principais componentes das dependências, o comportamento de reforço. Com este aspecto se pretende enfatizar portanto as alterações comportamentais alimentares independentemente da “substância/ alimento” ingerido.

Assim, as controvérsias sobre a possível classificação da compulsão alimentar como uma dependência “química” (baseado em substâncias) ou “comportamental” (não baseado em substâncias) sob o atual DSM-5 critérios foram relatados recentemente .

Em relação à dependência química, vários modelos propõem que alguns alimentos, contendo “substâncias” específicas, como alto teor de gordura e/ou açúcar, são capazes de promover comportamentos semelhantes aos da dependência e alterações neuronais sob certas condições semelhantes às promovidas por drogas, como nicotina, álcool, entre outros. Consequentemente, o uso do termo “compulsão / dependência alimentar” parece apropriado neste contexto. Aliás, a palavra “comida” conota o uso de uma ou mais “substâncias” que podem envolver processos de dependência.

Em contraste com a “compulsão / dependência química”, outros modelos classificam o consumo excessivo de alimentos como uma “compulsão / dependência comportamental”, em indivíduos predispostos e sob circunstâncias ambientais específicas. O termo “compulsão alimentar”, semelhante às compulsões não relacionadas com substâncias (ou seja, jogos de azar), enfatiza mais adequadamente uma alteração comportamental, neste caso o comportamento compulsivo de comer.

Sem embargo o conceito de “compulsão alimentar” recebeu considerável atenção nos últimos anos e foi utilizado para explicar alguns dos transtornos alimentares já reconhecidos no DSM-5 que apresentam fenótipos em comum com esta compulsão em termos de semelhanças comportamentais, fatores de risco psicológicos e biológicos.

Nesta linha, o consumo alimentar compulsivo geralmente também ocorre na bulimia, binge eating e na anorexia nervosa do tipo compulsão alimentar/purgação. Essas semelhanças são consistentes, embora sejam apenas parciais e mais investigação é necessária para caracterizar melhor o modelo de “compulsão alimentar” nestes distúrbios de alimentação com diferentes etiologias e sintomas.

Fontes consultadas:

- DSM-5 - American Psychiatric Association
- Overview of eating disorders, National Institute of Mental Health <https://www.nimh.nih.gov/health/topics/eating-disorders/index.shtml>



Amadora



AMADORA

www.cm-amadora.pt

www.facebook.com/municipiodaamadora